



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 17/XI-1º/2013-14

1 - Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas 21H00, no Pavilhão Gimnodesportivo do Clube Instrução e Recreio do Laranjeiro, sito na rua Dr. Pires de Castro - Laranjeiro, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de setembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
  - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
  - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação de Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas, do 3º Ano de Exercício”;
  - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafetação do Domínio Público Municipal de parcela de terreno, com 10.287 m<sup>2</sup>, sita em Cacilhas”;
  - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização para Candidatura ao Empréstimo Quadro. Financiamento para a contrapartida nacional das operações cofinanciadas pelo FEDER/FC.”;
  - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015.”;
  - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de uma Derrama sobre a coleta do IRC para o ano de 2015.”;
  - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação de percentual da participação variável do Município de Almada na coleta do IRS, para o ano de 2015.”;
  - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração dos estatutos da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal.”;
  - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta de “Parecer solicitado pela Assembleia da República ao Projeto de Lei nº 642/XII sobre Limites Administrativos do Município de Almada com o Município do Seixal.”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional para preenchimento de 35 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional - Constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado.”;
- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de Competências - Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e artigo 111º e seguintes”:
- 3.11.1 - “Autorização de Celebração do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Almada e a Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.”;
- 3.11.2 - “Autorização de Celebração do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Almada e a Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria.”;
- 3.11.3 - “Autorização de Celebração do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Almada e a Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda.”;
- 3.11.4 - “Autorização de Celebração do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Almada e a Junta de Freguesia da Costa da Caparica.”;
- 3.11.5 - “Autorização de Celebração do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Almada e a Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó.”.
- 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional para preenchimento de 5 postos de trabalho para Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa) - Constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado ou Determinável - Recurso à Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento Concursal Comum.”;
- 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada.”;
- 3.14 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à “Transferência da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Setúbal para a Associação de Municípios da Região de Setúbal.” (Lei nº 36/2014, de 26 de junho).”.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; João Rafael Faustino de Almeida; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 25 de setembro de 2014, (Ent. nº 2068/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).

- A Senhora Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 25 de setembro de 2014, (Ent. nº 2069/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas tomou posse como Membro em regime de efetividade de funções e que ocupa a vaga ocorrida por Renúncia do Mandato da eleita Senhora Rita Magda Pinheiro Pereira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo III**).

- O Candidato Senhor Nuno Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de setembro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Mendes e por impedimento da cidadã Sr.<sup>a</sup> Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos IV e V).**

- O Candidato Senhor Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de setembro, da eleita Sr.<sup>a</sup> Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI).**

**4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para os efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento da Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, **(Conforme Anexo VII).**

**4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.4** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do n.º 1638/XI-1.º ao 2017/XI-1.º do Expediente Enviado do n.º 1060/XI-1.º ao n.º 1388/XI-1.º, da Atividade dos Membros da Mesa - Informação N.º 05/13-14, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula N.º 06/XI-1.º/2013-14 e das Atas N.ºs 14/XI-1.º/2013-14, 15/XI-1.º/2013-14 e 16/XI-1.º/2013-14 e das Minutas das Atas N.ºs 14/XI-1.º/2013-14 e 15/XI-1.º/2013-14.

**4.4.1** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 14/XI-1.º/2013-14, 15/XI-1.º/2013-14 e 16/XI-1.º/2013-14 e das Minutas das Atas N.ºs 14/XI-1.º/2013-14 e 15/XI-1.º/2013-14, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.

**5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16.º, n.º 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

**5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre a "Presença de fibrocimento em instalações escolares do 1.º Ciclo do ensino básico de responsabilidade municipal".

**5.1.1** - A Câmara respondeu através do ofício 658/GP, de 27 de junho de 2014.

**5.1.2** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 03 de julho de 2014, através do ofício n.º 1144/XI-1.º.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre o “Contrato de aquisição de 98 relógios”.
- 5.2.1** - A Câmara respondeu através do ofício 660/GP, de 27 de junho de 2014.
- 5.2.2** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 03 de julho de 2014, através do ofício nº 1145/XI-1º.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre o «Trabalho voluntário no Festival “O Sol da Caparica”».
- 5.3.1** - A Câmara respondeu através do ofício 661/GP, de 27 de junho de 2014.
- 5.3.2** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 03 de julho de 2014, através do ofício nº 1146/XI-1º.
- 5.4** - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco um requerimento solicitando informação sobre a “Proteção Civil - prevenção de acidentes graves e catástrofes”.
- 5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 01 de julho de 2014, foi registado com a Entrada nº 1725/XI-1º e designado de nº 02/CDS-PP/XI-1º.
- 5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 04 de julho de 2014, através do ofício nº 1156/XI-1º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1155/XI-1º de que o requerimento é remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.4.3** - A Câmara respondeu através do ofício 904/GP de 23 de setembro de 2014.
- 5.4.4** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 25 de setembro de 2014, através do ofício nº 1416/XI-1º.
- 5.5** - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco um requerimento solicitando informação sobre a “Instalação de Quiosques no Concelho”.
- 5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 01 de julho de 2014, foi registado com a Entrada nº 1725/XI-1º e designado de nº 03/CDS-PP/XI-1º.
- 5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 04 de julho de 2014, através do ofício nº 1157/XI-1º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1155/XI-1º de que o requerimento é remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.5.3** - A Câmara respondeu através do ofício 905/GP de 23 de setembro de 2014.
- 5.5.4** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 25 de setembro de 2014, através do ofício nº 1417/XI-1º.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**5.6** - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “os Edifícios Públicos com Amianto no Concelho de Almada”.

**5.6.1** - A Câmara respondeu através do ofício 903/GP, de 23 de setembro de 2014.

**5.1.2** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 25 de setembro de 2014, através do ofício nº 1415/XI-1º.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6.1** - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Manuel Correia, residente em Almada.

**6.1.1** - O Munícipe Exm.º Senhor Manuel Correia:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou falar em primeiro lugar sobre ciclovia. Ciclovia na estrada do Brejo, vai desde o Parque da Paz até Cacilhas. Vou identificar os casos mais prementes. Há ali uma oficina onde muitas das vezes a ciclovia está impedida. Depois ao pé do Mini Preço muitas das vezes a ciclovia encontra-se impedida do lado direito, quem vai para Cacilhas e muitas das vezes do lado esquerdo quem vai em sentido inverso. Passado depois também a Cova da Piedade, onde está a Escola José Gomes, ali uma empresa de transportes, a ciclovia também está impedida muitas das vezes. Passados cinquenta metros há uma oficina também de carros, a ciclovia encontra-se interrompida. Eu gostava que os Srs. Vereadores do Pelouro interviessem sobre esta situação. Isto é um caso.

O segundo caso eu gostava de perguntar também aos Vereadores do Pelouro se têm alguma data prevista com a continuação daquele parque que estão a fazer ao pé do hotel, a continuação do Parque da Paz. Se têm alguma data prevista. E se têm alguma data também prevista para casas de banho ao nível do Concelho. Do estilo daquelas que estão em Cacilhas. Eu agradecia que me dessem algum esclarecimento sobre estes três assuntos.”

**6.2** - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor António Manuel Valadas Palma, residente na Charneca de Caparica.

**6.2.1** - O Munícipe Exm.º Senhor António Manuel Valadas Palma:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria saudar em primeiro lugar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Presidentes de Junta e os restantes eleitos aqui presentes.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Primeira nota é para congratular-me, penso que não antecipado, sobre o facto de não virmos a ter o terminal de contentores na Trafaria. É altura talvez de lembrar aquela antiga máxima que quem luta por vezes ganha e quem não luta normalmente perde. Creio que os almadenses e os trafarienses lutaram e aí está o resultado.

Todavia, para aqueles que defendiam ali e que alegavam até que poderia ser uma fonte de emprego, obviamente que aqueles que defenderam que não deveria ser ali a localização do Porto e ainda muito menos de águas profundas, não significa que sejamos contra o reforço da economia do Concelho de Almada, de facto não. E penso até, provavelmente o facto de não se situar ali essa infraestrutura, poderá abrir um novo ciclo de desenvolvimento em Almada. Há efetivamente já bastantes empresas bastante interessantes, estou-me a lembrar do Madan Parque da alta tecnologia ..."inaudível"... está em franco desenvolvimento daí colidir aquela infraestrutura com o Plano que a Câmara Municipal tem para o desenvolvimento do turismo no nosso Concelho, mas há que incrementar esse desenvolvimento, aprofundar a diversidade já do tecido empresarial e sobretudo dar-lhe mais dinâmica.

Eu penso que em Almada se me permite esta ousadia há nitidamente uma falta de uma infraestrutura, chamamos-lhe um pavilhão de exposições e mostras para ir precisamente nesse sentido de aprofundamento e digamos dar resposta, porque eu sou daqueles que acredita o desenvolvimento é para as pessoas, aliás tudo será fora de sentido se não for para as pessoas, e sendo para as pessoas a própria comunidade almadense precisa de saber o que é que de bom se está a fazer. E havendo um espaço e temos alguns sítios ótimos para isso, havendo um espaço onde fosse possível vir a ganhar a tradição de uma série de mostras e de feiras, poderia digamos também dar uma informação mais ampla e mais abrangente a toda a nossa comunidade. Portanto é a sugestão que vos deixo aqui esta noite e bons trabalhos."

**6.3** - Usou da palavra a Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Helena Abegão, residente na Caparica.

**6.3.1** - A Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Helena Abegão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que nos traz aqui, de que somos um grupo de moradores do Bairro Amarelo formamos um movimento de cidadania, e fizemos uma Comissão para a revisão das rendas apoiadas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Considerando que a Constituição da República determina no seu artigo 65º, nº 1, “todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto em que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. No nº 2 do mesmo artigo que “para assegurar o direito à habitação incumbe ao Estado programar e executar uma política de habitação. Promover em colaboração com todas as regiões autónomas e com as autarquias locais a construção de habitações económicas e sociais”. Que não é o caso neste momento uma vez que as políticas governamentais e o aumento brutal que o IHRU está a fazer aos moradores do Bairro Amarelo e em todos os Bairro Sociais do País, está a fazer com que muitas famílias irão cair na exclusão social. Com a publicação do Decreto-Lei nº 66/93, de 7 de maio, procedeu-se à formação dos regimes de rendas dos imóveis que estavam sujeitos ao regime social, passando para regime de renda apoiada com estes aumentos brutais, não respeitando a atual realidade socioeconómica em que muitos moradores têm vindo a sofrer com cortes nos seus rendimentos devido ao aumento de impostos, assim como aos cortes das pensões e ao brutal aumento de desemprego o mais elevado desde o 25 de Abril.

Passados 32 anos o IHRU- o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, exige a aplicação da Lei nº 66/93, não tendo em conta a realidade atual do País e penalizando profundamente os moradores.

Quando essa mesma instituição nunca fez nenhum melhoramento nos interiores desses fogos, sendo os próprios moradores a salvaguardar esse mesmo património e a protege-lo. Assim como o seu exterior não existindo campainhas nem antenas de prédio e com uma falta de segurança nos equipamentos como o gás e a eletricidade, pondo em risco a segurança de todos os moradores.

Lembramos ainda que um dos maiores fatores de injustiça é a forma do cálculo da renda, não conta a dimensão do agregado familiar assim como o cálculo do mesmo ser feito pelo rendimento bruto e não pelo rendimento líquido. Vivemos num Bairro Social e não num condomínio fechado. Assim como o transporte público para o mesmo Bairro que continua insuficiente e deficiente. Não esquecendo também os aumentos que os mesmos têm vindo a sofrer. Lutaremos por uma Lei justa e não cega, lutaremos pelos idosos, pelas crianças, pelos desempregados, pelos que estão em exclusão social devido a estas políticas sociais.”





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.4** - Usou da palavra o Exm.<sup>o</sup> Senhor Rogério Paulo Mouzinho Caeiro, representante do Sindicato Estabelecimentos Fabris Forças Armadas, residente no Seixal.

**6.4.1** - O Exm.<sup>o</sup> Senhor Rogério Paulo Mouzinho Caeiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me traz aqui é a situação do Arsenal do Alfeite. Uma vez que esta Assembleia realiza-se aqui na Freguesia do Laranjeiro, onde está situado o Arsenal, considerarei oportuno fazer uma pequena intervenção. Como tal vou começar a ler se me permitem.

O Arsenal do Alfeite, estaleiro naval com setenta e cinco anos de história, situado neste município e fazendo parte do seu dia a dia, enfrenta mais uma escalda com o objetivo para sua extinção. Trinta e oito anos de política de direita executada por Governos de PS, PSD sozinhos ou de braço dado com o CDS, condenaram esta importante unidade industrial a um declínio quase irreversível. Após anos a fio propositadamente esquecido, adiando sucessivamente um investimento necessário à sua manutenção e modernização, em 2009, contra a vontade dos trabalhadores, foi convertido em Sociedade Anónima. À data esta solução foi-nos apresentada como um milagre para todos os seus males, permitindo investimento, admissão de pessoal, aposta na qualificação de recursos humanos e as mais variadas promessas para evidenciar as virtudes de tal decisão. Acontece que a mentira tem pernas curtas. Não foi preciso muito tempo para como os trabalhadores diriam, verificar como essa decisão seria mais um passo em direção àquilo pretendido pelo poder executivo. A sua extinção. Cinco anos de atividade do Arsenal do Alfeite como Sociedade Anónima, resultaram em cinco anos perdidos, quer para o estaleiro, quer para a Marinha de defesa portuguesa a razão da sua existência. É hoje claro que tal decisão não se revelou benéfica nem para o Arsenal, nem para a Marinha, nem para o País. O prometido investimento nunca chegou, a abertura a mercados externos não aconteceu, isto enquanto a mão de obra qualificada vai-se perdendo por motivos naturais como por exemplo a passagem dos trabalhadores à situação de aposentação, sem que haja a necessária renovação geracional. Isto enquanto os navios da Marinha, património não do Governo nem dos mercados, mas sim de todos os portugueses definha uns metros ao lado do estaleiro por falta de manutenção.

O atual Governo com a sua fúria de degradação e extinção de serviços públicos prepara-se para desferir o golpe final no Arsenal. Fingindo não ter ideia sobre



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

soluções para a resolução de todos estes problemas, refugia-se em mais um estudo dito técnico, desta vez adjudicado ao Dr. Augusto Mateus, no valor de setenta e cinco mil euros, apenas com o objetivo de justificar a sua decisão política. Decisão essa que passará pela privatização como o próprio já admitiu. Represente isto o que quer que seja, pois desde a privatização dos estaleiros navais de Viana do Castelo, ficamos a conhecer mais um significado da palavra privatização, é de extinção.

Nós trabalhadores não admitimos tal cenário, se o Governo quer soluções para o futuro desta importante unidade industrial, deve com uma postura séria e correta trabalhar em conjunto com quem sempre defendeu o Arsenal como empresa de referência no plano nacional e internacional e os seus trabalhadores. Não aceitaremos que ninguém caído do céu a paraquedas, que nunca esteve ou ouviu falar no Arsenal realize um estudo, mais um apenas para servir de justificação para o liquidar. Vamos continuar a lutar com toda a determinação e confiança até ao limite das nossas forças para que o Arsenal do Alfeite continue a ser uma empresa que cumpra o objetivo para que foi criado no sector público, ao serviço da Marinha, ao serviço do País. Não abdicaremos nunca desse objetivo e aqui apelamos a toda a população, todas as forças vivas deste magnifico Concelho a que se juntem a nós, não na nossa luta, mas numa luta que é de todos, patriótica de forma a conseguirmos inverter a desindustrialização a que assistimos todos os dias e ao aumento do desemprego e à sucessiva perda de soberania nacional.

Viva o Arsenal do Alfeite! A luta continua!”

**6.5** - Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Ana Paula Alves da Silva, residente em Almada.

**6.5.1** - A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Ana Paula Alves da Silva:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A saúde é sem sombra de dúvida o bem mais precioso para qualquer pessoa. A nossa Constituição da República garante o direito à saúde para todos e diz-nos que compete ao Estado garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o País em recursos humanos e unidades de saúde.

Comemorou-se no passado dia 15 o 35<sup>o</sup> aniversário do Serviço Nacional de Saúde. Mas o nosso SNS tem sofrido nos últimos anos rudes golpes que o vão destruindo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O boletim estatístico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, de outubro de 2013 revela que no ACES de Almada e Seixal, existem 70 mil e 54 utentes sem médico de família.

Segundo dados fornecidos pelo Diretor do ACES de Almada e Seixal, em julho de 2013 nas unidades de saúde de Laranjeiro e Feijó existiam 13 mil 755 utentes sem médico. A unidade da saúde de Santo António no primeiro andar onde funciona a unidade de saúde familiar parece o céu, não há grandes esperas e também não existem filas. Todos têm médico de família. No r/c onde funciona a unidade de cuidados na comunidade é um inferno, dificuldades em conseguir consulta, utentes sem médicos, esperas e filas sem fim.

A Câmara Municipal de Almada disponibilizou desde 2009 um terreno no Feijó para a construção de uma unidade de saúde. Compete ao Ministério da Saúde a sua construção. Mas esta Câmara pode fazer mais pela saúde no nosso Concelho. O Decreto-Lei nº 28, de 22 de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto-Lei nº 193, de 7 de outubro de 2013, no artigo 31º, regulamenta a constituição, as competências e o funcionamento do Conselho da Comunidade. Não será certamente um constrangimento para o Sr. Presidente chegar a consenso com a Câmara do Seixal para encontrar um representante das duas Câmaras para presidir ao Conselho da Comunidade, nem terá qualquer dificuldade em eleger nesta Assembleia um representante. O Conselho da Comunidade integra ainda representantes do Centro Distrital da Segurança Social, das Escolas ou Agrupamentos de Escolas, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, da Associação de Utentes do ACES - Agrupamento de Centros de Saúde, das Associações Sindicais, das Associações Empregadoras, do Hospital, das Equipas de Voluntariado Social e um Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. O Conselho da Comunidade não tem poder deliberativo, mas tem a competência de dar parecer importantes para o funcionamento de unidades de saúde e saliento os seguintes: Dar parecer sobre os Planos Plurianuais e Anuais de Atividades do ACES e respetivos orçamentos antes de serem aprovados; Acompanhar a execução dos Planos de Atividades podendo para isso obter do Diretor Executivo do ACES as informações necessárias; Alertar o Diretor Executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde; Dar parecer sobre o Relatório Anual de Atividades e a Conta de Gerência apresentados pelo Diretor Executivo; Assegurar a articulação do ACES em matérias de saúde com os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Municípios e com a área geográfica; Propor ações de educação e promoção da saúde e de combate à doença, a realizar pelo ACES em parceria com os Municípios e demais instituições representadas no Conselho da Comunidade.

Sr. Presidente, está nas suas mãos a criação do Conselho da Comunidade, os Conselhos do ACES Almada e Seixal. Para melhoria que se pretende a caminho da excelência dos cuidados de saúde no nosso Concelho.

Muito obrigada pela vossa atenção.”

**6.6** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Oliveira, Bruno Dias, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins a solicitação do Sr. Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**6.6.1** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma saudação especial ao Sr. Farinha em representação do CIRL. É com imenso agrado que aqui nos encontramos hoje nesta grande coletividade que tanto bem faz á nossa população deste concelho de Almada.

la pedir ao Sr. Vereador Rui Jorge que pudesse dizer alguma coisa sobre as questões colocadas pela Dona Maria Helena Abegão e também pelo Sr. Manuel Correia, no primeiro caso referente às questões das rendas e no segundo caso sobre questões do espaço público, que foram colocadas, depois também direi alguma coisa se me der licença Sr. Presidente.”

**6.6.2** - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma ou outra nota sobre as questões que foram levantadas pelo Sr. Manuel Correia sobre a via ciclável. Aquilo não é exatamente uma ciclovia, é uma via ciclável. Ou seja, um percurso ciclável entre Cacilhas, os barcos de Cacilhas e o Parque da Paz, é um percurso que tem algumas zonas em pista, nomeadamente na Avenida Aliança Povo MFA, e tem um conjunto de outras áreas que estão simplesmente sinalizadas nos passeios, nos caminhos com uma placazinha com uma bicicleta a dizer que ali é um percurso acessível a bicicletas para se chegar entre Cacilhas e o Parque da Paz. Foi assim que foi anunciado, foi assim que foi entendido. Também na altura quando foi apresentado na Semana da Mobilidade e que foi apresentado à Comissão



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Europeia como uma medida permanente na Semana da Mobilidade. Agora tem um conjunto de deficiências ao longo deste caminho que temos vindo a corrigir, algumas nomeadamente as questões da drenagem das águas pluviais. Lembrar que aquilo era uma situação que ao longo dos vários anos já empoçava quando chovia com maior intensidade e simplesmente pintou-se uma faixa vermelha onde as bicicletas circulam e portanto naturalmente continuam a empoçar naqueles sítios. Já foi feita uma intervenção por parte dos SMAS de drenagem de alguma dimensão, evitou algumas daquelas poças de água, não resolveu na totalidade, ainda estamos a tentar encontrar ali soluções que possam solidificar aquela iniciativa que foi lembro na altura, e lembro também agora, com a Semana da Mobilidade realizámos o passeio de bicicletas entre as duas margens do tejo, foi salientado pelas próprias associações de ciclistas como de enorme importância e um exemplo a ser prosseguido noutras zonas do País. Entendemos que aquela via ciclável, aquele percurso ciclável é uma necessidade que necessita de ser corrigido e necessita também que as pessoas tenham um civismo diferente na ocupação deste tipo de percursos e que as situações que estão identificadas com carros lá estacionados etc., não existam, que estão em cima dos passeios estão em cima disto tudo e outras questões que têm a ver mais com o civismo, que propriamente com a construção daquele percurso.

Sobre o Jardim Urbano do Pragal. O Jardim Urbano do Pragal é um jardim que está em construção, com um enorme aterro de terras limpas, o aterro no Pragal está a ser feito com terras limpas de obras de construção civil e que entretanto é um processo que demorará algum tempo, ele decorre de acordo com as obras que existem nesta área metropolitana de Lisboa, nomeadamente obras públicas, como sabemos estão relativamente paradas. Foi nossa intenção não gastar com o aterro nem um tostão dos dinheiros do município e temo-lo conseguido. Ou seja, as terras são ali depositadas são terras limpas têm uma exigência grande de controlo em termos ambientais, são terras limpas como digo, mas são depositadas, utilizam como vazadouro empresas de construção civil que estão obrigadas à própria modelação do terreno. Portanto aquele jardim é um bocado construído com esta disponibilidade de terras que existam para lá serem colocadas, consideramos que está bastante avançado, está mais de dois terços concluído, já está uma parte dele aberto na parte superior, temos ainda outra zona que está ainda em compactação e temos a zona mais abaixo que também dará ligação com a ponte que fará a ligação entre o Jardim



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Urbano do Pragal e o Parque da Paz. Portanto pensamos sem ter um prazo definido, pensamos que está a avançar com uma rapidez que nos permite ter alguma confiança que em simultâneo, que com a construção do percurso do viaduto entre o Parque da Paz e o Jardim Urbano do Pragal, também esteja concluída aquela consolidação de terras.

Quanto aos WC's públicos no Concelho de Almada, referir aqueles de moedinha como existe em Cacilhas, esses WC's são colocados ao abrigo de uma concessão que é feita no caso aquela empresa em específico, não liguem à publicidade é a JC. Decaux que ganhou um concurso de concessão. Neste momento está em apreciação esse concurso no sentido de as compensações que têm de ser dadas para publicidade, abrigos de passageiros, etc., também incluem os WC's públicos. Foi feito o levantamento, irão também ser instalados e deslocalizados alguns destes WC's tentando dar alguma resposta a esta necessidade que algumas vezes é levantada pelos munícipes.

Quanto à Dona Maria Helena Abegão sobre as rendas, o aumento que o IHRU está a fazer. O IHRU ao longo dos anos como aqui foi dito, não utilizou a legislação existente da renda apoiada a Lei 66/93, e barra 93 quer exatamente dizer isso que foi aprovada em 1993 e até hoje não teve aplicação por parte do IHRU, e de repente lembraram-se e lembraram-se muito tarde. Ou seja, nunca houve um processo que fosse faseado mas de repente existem aumentos que vai aos mil, dois mil e três mil por cento. É inaceitável e ainda por cima quando em simultâneo se discute na Assembleia da República um conjunto de legislação para alterar aquilo que é considerado mais injusto nesta legislação de renda apoiada. É correto que exista uma legislação de renda apoiada. Ou seja, as rendas serem alteradas de acordo com os rendimentos disponíveis dos agregados familiares, agora devemos ter a noção de que aquela legislação está e é considerada por todos de uma forma quase unanime, está desatualizada precisava de ser atualizada. Existem propostas na Assembleia da República no sentido de ser considerado o rendimento líquido e não o rendimento bruto para o apuramento do rendimento do agregado familiar e com um conjunto de despesas médicas, de saúde, de educação, etc., também possam ser consideradas. Há muitos anos que nós aplicamos, não é desde 93, mas pouco tempo depois aqui em Almada o regime de renda apoiada, no entanto tivemos uma regulamentação Municipal que exatamente evita algumas destas questões mais complexas e que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

levam a elevar bastante as rendas, temos isenção para jovens até aos vinte cinco anos mesmo que tenham rendimentos não conta para o apuramento do agregado familiar, os idosos os reformados ou pensionistas só conta em cinquenta por cento, temos uma norma que se houver qualquer alteração no rendimento disponível, porque houve um despedimento, porque enfim por qualquer razão houve uma diminuição salarial ou algum deixou de trabalhar lá em casa ou qualquer coisa, imediatamente no mês a seguir é isso considerado para o apuramento das rendas. Portanto temos aqui um conjunto e normas em Almada que se aplicadas à legislação em termos nacionais certamente dariam muito mais justiça nesta questão da renda apoiada. Desta maneira como o IHRU está a aplicar sem ter qualquer preocupação sequer em fazer obras, e como aqui muito bem foi dito, ao longo destes anos todos as obras que ali existiram foram feitas pelos moradores, é inaceitável e naturalmente a Câmara Municipal está, e os eleitos deste Concelho penso eu, estão ao lado dos moradores que lutam contra esta injustiça praticada pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.”

#### 6.6.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às questões que foram apresentadas pelo Sr. Rogério Caeiro, também as questões colocadas pelo Sr. António Palma e pela Sr.<sup>a</sup> Ana Paula Silva.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Rogério Caeiro e pelo Sr. António Palma, sublinhar que se trata de questões que embora diferentes uma sobre o Arsenal e outra sobre o terminal de contentores na Trafaria elas se conjugam e aproximam, porque têm a ver com o nosso projeto de desenvolvimento, projeto de desenvolvimento que defendemos para Almada e pela importância que têm estas duas áreas do nosso território é clara a nossa posição.

Há muito tempo a esta parte no que diz respeito ao Arsenal sublinhar novamente, referir a nossa solidariedade com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite com as suas potencialidades ao serviço da Marinha e ao serviço do País. O Arsenal como grande infraestrutura da reparação e construção naval do nosso País uma indústria de ponta em todo o mundo, também aqui em Portugal teve e deve continuar a ter condições para ter uma indústria de ponta em torno do desenvolvimento, em torno de uma estratégia. Isto de pretender ter uma estratégia de Portugal do mar mas que nunca se concretiza, mas pelo contrário procura liquidar como definitivo o Arsenal do Alfeite.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Portanto, a nossa solidariedade, o nosso apoio sempre reafirmado, que mais uma vez aqui reafirmamos nesta ocasião.

A proposta que gostaríamos muito de também hoje nos podermos congratular em absoluto com a, enfim o terminar, o projeto do terminal de contentores na Trafaria, no entanto nós temos conhecido ao longo do tempo vários anúncios e também sabemos por experiência própria que há dezenas de anos a esta parte se mantêm os condicionantes na utilização daquele território, naquela área do nosso território, justamente porque há dezenas de anos a esta parte ter estado para ali projetado uma grande infraestrutura como aquela que foi anunciada há cerca de dois anos e portanto enquanto em termos do Plano Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, ou por outro instrumento qualquer não forem levantados esses condicionantes, não podemos afirmar com absoluta segurança que a questão da utilização que não aquela que nós pretendemos e defendemos para aquela área do território está afastada. Ou seja, não podemos dar por completamente afastada a questão do terminal de contentores na Trafaria. O modelo que nos foi apresentado, o modelo contra o qual nos manifestamos, era um modelo que punha em causa o nosso projeto de desenvolvimento, liquidava toda a nossa frente de costa de uma forma definitiva e irreparável, não podemos nunca aceitar esse tipo de projeto, temos outro projeto para o nosso Concelho, outro projeto de desenvolvimento. Foi aqui referida a necessidade de uma infraestrutura para grandes acontecimentos da área económica, sim senhor. Temos uma proposta, já manifestámos junto da Margueira Parque a nossa intenção a título temporário, um dos grandes hangares da antiga Lisnave. Com esse propósito voltamos a dizer, o projeto não põe em causa o plano de urbanização de Almada Nascente, mas que o plano, o próprio plano permite enquanto não se concretizarem todas as dimensões para ali se preveem, portanto essa proposta foi entregue à Margueira Parque. Estamos na disposição de utilizar um desses hangares justamente para que essa infraestrutura que aqui foi solicitada possa vir a ser utilizada e posta ao dispor do desenvolvimento da nossa região pela dimensão e pelas condições que permite.

Em relação à questão do Conselho da Comunidade associado à ACES. Nós aguardamos de facto em relação a esta matéria uma clarificação da parte do Governo sobre qual é que é o envolvimento que pretende dos municípios em relação à saúde. Nós não defendemos a Municipalização do Serviço Nacional de Saúde, isto que fique





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

claro, não defendemos a Municipalização do Serviço Nacional de Saúde e portanto nós não acompanhamos tudo aquilo que tem vindo a ser feito nesse sentido e que as recentes declarações do Sr. Primeiro Ministro por ocasião da comemoração do trigésimo quinto aniversário do Serviço Nacional de Saúde, e que as declarações que fez e que apontam nesse sentido, assim como apontam nesse sentido as reuniões que o Ministério da Saúde tem vindo a promover junto dos Municípios, por forma a procurar responsabilizá-lo de uma forma discricionária, absolutamente inaceitável em relação à construção dos Centros de Saúde, chegando-se ao ponto de dizer-se se tiver este ou aquele Município vinte por cento, se quiserem contribuir com vinte por cento do custo do Centro de Saúde de que tanto necessitam enfim o Ministério da Saúde promove a construção do Centro de Saúde. Se o Concelho se o Município não tiver ou não tiver condições para disponibilizar esses vinte por cento então não se constrói o Centro de Saúde. Isto motivou uma abordagem no Conselho Metropolitano de Lisboa que resolveu fazer uma reunião justamente sobre esta matéria, uma reunião entre Vereadores que acompanham estas áreas para confrontarmos o Ministério da Saúde com esta sua inaceitável posição. Nós não nos esquecemos dos nossos Municípios das suas necessidades em termos de saúde, mas nós nunca seremos o papel de embrulho de uma política que não aceitamos, que isto fique bem claro. Participaremos e sempre defendemos a participação das populações na definição e nos processos e na gestão dos serviços de saúde tal como a Constituição prevê e como na Constituição está consignado. Agora para que sirvamos, volto a repetir de papel de embrulho de uma política inaceitável que em último, em definitivo leve enfim, à destruição de Serviço Nacional de Saúde, seja por via da municipalização seja por qualquer outra forma, isso não aceitamos. De qualquer forma continuamos a ter boas relações com todos os responsáveis pelos Serviços de Saúde no País e na região e naturalmente lamentamos tal como eles lamentam. Percebemos que eles também lamentem que Almada seja hoje o Concelho da nossa região com o maior número de utentes sem médico de família. Na situação que existiu no Seixal até há relativamente pouco tempo e que ao que parece nos últimos meses a lanterna vermelha foi transferida para Almada, nada disto tem a ver com a nossa participação ou não no Conselho das Comunidades, tem a ver com políticas inaceitáveis em relação às quais volto a dizer, nós não daremos qualquer tipo de apoio, nem alimentaremos qualquer



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tipo de mal entendidos, portanto sempre com os utentes, sempre com a saúde, mas naturalmente sempre com o Serviço Nacional de Saúde.”

#### 6.6.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos hoje a realizar esta Assembleia numa Freguesia que entre outros problemas, tem o problema da saúde que aqui foi referido. Nós temos atualmente um problema que se tem vindo a arrastar ao longo do tempo, que é a falta de construção no Feijó de um Centro de Saúde. Este é um problema muito sério para uma população de aproximadamente 40 mil utentes, é um problema sério que esta Assembleia não só hoje, mas também no futuro terá que se pronunciar e acompanhar vivamente, e as forças políticas que aqui estão representadas não podem deixar de ter atenção em relação a este problema, sendo um dos problemas mais sérios que existem nesta Freguesia.

Relativamente ao Arsenal do Alfeite e muito brevemente, nós teremos oportunidade, o Bloco de Esquerda apresentou uma Moção que será aqui discutida e votada, e também aí teremos oportunidade de ouvir as opiniões das várias forças políticas nesta Assembleia. Portanto, uma preocupação muito grande em relação ao futuro da empresa.

Relativamente ao assunto que foi aqui trazido sobre a petição contra o aumento das rendas. O Bloco de Esquerda tem ao longo dos anos, na Assembleia da República apresentado um conjunto de documentos relativamente à suspensão da aplicação do regime de renda apoiada, a alteração do regime de renda apoiada para uma maior justiça social, recomenda ao Governo a suspensão da aplicação do regime de renda apoiada, vários projetos de resolução. E neste momento manifestamos aqui mais uma vez toda a solidariedade aos moradores do Bairro Amarelo relativamente a este problema. E portanto, todo o nosso esforço exatamente nesse sentido quer na Assembleia da República, quer fora da Assembleia da República, o apoio exatamente à luta que achamos justa, correta contra aquilo que se pretende fazer.”

#### 6.6.5 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma saudação especial ao CIRL, agradecendo receber-nos.

Eu queria só no âmbito deste artigo do Regimento, sobre o período aberto aos municípios em que podemos prestar algumas informações e esclarecimentos adicionais,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trazer aqui uma informação, a de que eventualmente as questões da renda apoiada estarão em debate na Assembleia da República no próximo dia 9. No dia 9 de outubro vai haver um debate em plenário na Assembleia da República acerca das questões do novo regime de arrendamento urbano. E neste momento está a ser equacionada a hipótese na Conferência de Líderes de se incluir também a proposta do Governo que trata das questões da renda apoiada e também das questões da renda condicionada, digamos assim. Nós soubemos, penso eu, todos os Deputados Municipais, todos os Eleitos municipais, soubemos da iniciativa que a Comissão Representativa dos Moradores do Bairro Amarelo teve a ocasião de pedir e de realizar junto das autarquias, nomeadamente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e graças á informação que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal facultou a todos nós, esta matéria especificamente acerca do Bairro Amarelo, da situação que está ali a acontecer, deste aumento brutal das rendas que está a ser colocado às pessoas, foi objeto de requerimento na mesa da Assembleia junto do Governo colocando questões concretas inclusivamente esta se está neste momento a ser equacionado o novo regime acerca da renda apoiada, então porquê esta precipitação do IHRU de aumentar de forma brutal as rendas, e se nós estaremos ou não perante esperemos que não, esperemos sinceramente que não, estarmos perante um regime que vem tornar definitivas as penalizações e as rendas mais graves e estes aumentos brutais que agora são provisoriamente colocados por parte do IHRU, no âmbito do Decreto-Lei de 1993. E neste momento queremos saudar a intervenção dos munícipes e nomeadamente esta ação que a Comissão representativa tem vindo a fazer junto da Assembleia Municipal quer em termos da mesa, quer hoje na Sessão Plenária. Saudar os Moradores e uma última palavra muito breve relativamente ao processo legislativo que foi novamente desencadeado e apresentado, também na sequência das intervenções na Assembleia Municipal de Almada e da informação e também das Moções e das tomadas de posição levadas a cabo na Assembleia Municipal de Almada acerca do Arsenal do Alfeite, e que a própria Câmara Municipal tem vindo a trazer junto da Assembleia com a tomada de posição aprovada em sessão de Câmara acerca da defesa intransigente da reintegração do Arsenal do Alfeite na Marinha, que é aquilo que se impõe de uma vez por todas para que esteja o Arsenal ao serviço da Marinha, ao serviço do País e por isso deve ser saudado aqui nesta Freguesia onde se situa o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Arsenal. Saudar os trabalhadores arsenalistas, dos mais antigos aos mais novos e toda a sua luta em defesa da soberania nacional.”

**6.6.6** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal;

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só um pequeno esclarecimento em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Oliveira, no sentido de dizer, informar que a Câmara já disponibilizou para a construção do Centro de Saúde do Feijó um terreno localizado perto da Junta de Freguesia do Feijó, e quando digo disponibilizar é dar. Não é isso que falta.”

**7** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**7.1** - Os Votos de Pesar foram apresentados pelos Srs. Deputados Municipais Elisabete Pereira (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Feliciano Oleiro), José Gabriel (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão e Desportista Rui César Peixoto), António Salgueiro (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Mário António Rosa de Matos Oliveira.

**7.1.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Feliciano Oleiro

A tristeza invade os cidadãos, os amigos, já não está entre nós o Professor Oleiro, mas continua presente.

O Professor Feliciano Oleiro faleceu no passado dia 30 de agosto. A família, os amigos, os professores, a Associação de Professores do Concelho de Almada (Apcalmada), a Universidade Sénior de Almada (USALMA), sentem a ausência, manifestam o sentimento de perda.

Feliciano Oleiro nasceu em Santa Catarina de Sítimos, no Concelho de Alcácer do Sal, em 1920, onde fez a instrução primária.

Exerceu funções de regência escolar em Vendas Novas, onde foi colocado em 1943. Em 1948 a 1950 concluiu o ciclo liceal e tirou o curso do Magistério Primário.

Em 1950 inicia funções de Professor em Montemor-o-Novo, assumindo também funções de diretor da escola e de delegado escolar.

Em 1958 vem para Almada, sendo colocado na Escola nº 1 de Conde de Ferreira onde foi Professor e Diretor, também com funções de Delegado Escolar.

Em 1990 é aposentado por limite de idade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Teve atividade autárquica pois foi vogal da Junta de Freguesia de Almada durante três anos (1989 a 1992).

O Professor Feliciano Oleiro teve também uma interessante, importante e dedicada atividade cívica:

- Na década de 50 do século passado foi responsável pela reedição do semanário “O Montemorense” do qual foi diretor e editor;
- Fez parte do Rotary Clube de Almada durante duas décadas;
- Integrou a convite do Município de Almada o grupo de trabalho que consolidou a ideia da iniciativa municipal anual de “Homenagem ao Professor Aposentado”;
- Foi um dos fundadores da Associação de Professores do Concelho de Almada, colaborou na elaboração dos seus estatutos, e integrou os corpos sociais em vários mandatos, era o sócio nº 5 e presentemente o mais assíduo colaborador da associação;
- Acompanhou com empenho colaborativo a criação da USALMA;
- Participou nos boletins Profalmada e Correio da USALMA.

Feliciano Oleiro deixa-nos três livros. Um a Monografia sobre a Escola Conde de Ferreira, em coautoria com Luís Barradas, o qual teve o patrocínio da Câmara Municipal e outros dois em que publicou as suas memórias. “A Saga de pequenas memórias” são nacos de história de vida, envolvendo, apelando, pontuando experiências, situações, factos, acontecimentos, provocando emoções, sentimentos, afetos a apresentando-nos sinais que esclarece serem alertas para outros rumos.

O Professor Feliciano Oleiro é medalha de Ouro de Mérito e Dedicção atribuído pela Câmara Municipal em deliberação de 19 de junho de 1995. Na deliberação é registada a competência, compreensão, o grande empenho e dedicação à Escola e aos alunos do Professor Oleiro.

Assim e neste momento de pesar e também de reconhecimento, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 25 de setembro de 2014 exalta a competência profissional e a ação cívica do Professor Feliciano Oleiro, manifesta pesar pelo seu falecimento, apresentando sentidas condolências à sua família, aos amigos, à Associação de Professores e à USALMA.”

**7.1.2 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão e Desportista Rui César Peixoto



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O desporto nacional e em particular o surf estão mais pobres e de luto com o falecimento do caparicano Rui César Peixoto.

Faleceu em Bali, na Indonésia, no passado dia 16 de agosto, vítima de um acidente no mar da ilha de Sumbawa, quando praticava surf, o desporto da sua paixão.

A cidade da Costa da Caparica, as ondas das suas praias e o Concelho de Almada já sentem a sua falta.

Rui César Peixoto, de 45 anos de idade, era professor na Universidade Lusófona - Licenciatura de Educação Física e Desporto - assim como professor de judo no Real Colégio de Portugal.

Era licenciado em Educação Física e Desporto e mestrando de Alto Rendimento.

Rui César Peixoto foi sempre um entusiasta da vida desportiva e saudável, era assim um desportista exemplar, um surfista de nível avançado, era também mestre de judo chegando a ser atleta de alta competição da seleção nacional. Era um homem desportista que cultivava as amizades, o espírito de entreajuda e o desportivismo e assumia de forma plena e total a filosofia do judo e do surf que incutia e pelo exemplo também inspirava os seus alunos.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 25 de setembro de 2014 delibera:

- 1 - Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, do Munícipe e do Desportista Rui César Peixoto;
- 2 - Apresentar sentidas condolências aos familiares;
- 3 - Reconhecer a ausência para os amigos, o desporto nacional - o surf, o judo - a Universidade Lusófona.”

#### 7.1.3 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Mário António Rosa de Matos Oliveira

Mário António Rosa de Matos Oliveira, carinhosamente conhecido pelo MATÓ, nasceu em 12 de Junho de 1958 e faleceu por motivo de doença em 17 de Julho de 2014 aos 56 anos de idade.

Cidadão almadense de reconhecidas qualidades humanas, teve um percurso extremamente rico e a sua vida foi dedicada a inúmeras causas e ao serviço da comunidade almadense.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Estudou no Externato Frei Luís de Sousa e mais tarde na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, onde viria a obter a licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais. Posteriormente obteve o título de Master em Relações Económicas Internacionais no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo.

Teve uma vasta ação ao serviço do Corpo Nacional de Escutas, onde foi formador e dirigente, ocupando também o cargo de Chefe do Agrupamento nº 467 da Charneca de Caparica.

Foi membro da Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica em vários mandatos e membro do Conselho Municipal de Segurança eleito pela Assembleia Municipal de Almada, membro de diversos órgãos diretivos da JSD e do PSD, destaca-se o empenho e dedicação com que desempenhou essas funções e pela qualidade da sua intervenção pública, que tanto dignificou o Concelho de Almada e pelo compromisso que sempre assumiu no exercício de uma cidadania ativa.

Iniciou a atividade ligada à profissão de Despachante Oficial em 1 de Setembro de 1977, na altura como Ajudante de Despachante, vindo mais tarde a exercer funções como Despachante Oficial e Gerente de empresa ligada ao sector.

Atualmente ocupava o cargo de Diretor Executivo da CDO - Câmara dos Despachantes Oficiais, onde era também responsável pela representação internacional em diversas organizações, sendo Vice-Presidente para a Europa da Organização Mundial de Despachantes Oficiais (WCBO - World Customs Brokers Organization), Vice Presidente Executivo da Associação Europeia de Despachantes Oficiais (CONFIAD - Paneuropean Network) e ainda Presidente da Comissão Instaladora da Confederação Internacional dos Despachantes de Língua Portuguesa.

Era ainda Vice-Presidente do Instituto Aduaneiro e dos Impostos Indirectos (CLECAT - European Association for Forwarding, Transport, Logistics and Customs Services, representante da CDO junto da IFCBA - Federação Internacional de Associações de Despachantes Oficiais, Membro da Commission on Customs & Trade Regulation da ICC - Câmara de Comércio Internacional, em Paris, Presidente da Assembleia Geral da Comunidade Aeroportuária de Carga de Lisboa, Membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, Membro do Conselho Consultivo da A3ES - Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, etc., etc.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Ainda a nível nacional e internacional foi conferencista, formador, charmain e consultor na área da cooperação em países da América Latina, África, Médio Oriente, Europa e Balcãs.

Foi ainda autor de diversos trabalhos publicados e de manuais da Câmara dos Despachantes Oficiais.

Assim, nos termos regimentais, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 25 de Setembro de 2014, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Mário António Rosa de Matos Oliveira salientando o significativo contributo que deu para a implementação da democracia, como político, mas sobretudo como cidadão e como ser humano.”

**7.2** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

**7.2.1** - O Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Feliciano Oleiro, apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Elisabete Pereira, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.2** - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão e Desportista Rui César Peixoto, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.3** - O Voto de Pesar pelo falecimento de Mário António Rosa de Matos Oliveira, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.4** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

**7.3** - Para uma declaração política, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco.

**7.3.1** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Fez no passado mês de julho 40 anos da criação do CDS-PP, na altura CDS, Partido esse conotado pelo Centro de Direita, do espectro política onde alicerçava os seus princípios e pilares mais elementares da democracia cristã, no personalismo ideário humanista, tendo como finalidade a consolidação da democracia em Portugal. Do leque de fundadores e dirigentes que marcaram a história do Partido não esquecemos entre outros Adelino Amaro da Costa, vitimado num atentado ainda nos primórdios da democracia; Alberto Ralha, Augusto Leite Faria; Maria Laura Pinheiro; João Morais Leitão; Leonor de Sousa Mendes; Paulo Nune de Marques ou mesmo aqueles que





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

por vicissitudes da vida mudaram de rumo, como Diogo Freitas do Amaral ou Basílio Horta. A todos eles não esquecendo Lucas Pires; Cruz Abecassis e ainda entre nós Adriano Moreira, devemos a existência de um Partido do Centro Democrático em Portugal.

Homenageamos assim todos aqueles que ao longo dos anos contribuíram para a solidificação e consolidação do CDS-PP, um Partido imprescindível à democracia e um partido responsável e pronto a governar. É exatamente a persistência e a coragem desses homens e mulheres que o CDS-PP, altura CDS, resistiu com firmeza e ultrapassou os tempos mais conturbados da implementação da democracia. Já nessa altura o CDS soube manter a coerência e soube honrar sem medo e sem receios as suas convicções, lutando por um futuro que acreditava ser diferente daqueles que defendiam as restantes forças políticas, mesmo debaixo de um período conturbado na tentativa de minimizar ou mesmo apagar o CDS que era resistência, e essa convicção por parte dos seus militantes e apoiantes soube vencer a intolerância, o radicalismo e o extremismo. Outrora o CDS não se intimidou, não subjugou e não se conformou com as ..."inaudível"... da moda, na altura que muitos enveredaram quer por afinidades, quer mesmo por cobardia ideológica. O CDS aguentou firme, ciente que tinha para o País a melhor solução para a prosperidade, para o desenvolvimento de uma sociedade mais madura. Entendeu o CDS e entende hoje o CDS-PP que as sociedades caminham para onde a vontade do povo quer e não por imposição de algumas e justificadas, de algumas correntes justificadas em simples preâmbulos.

O caminho faz-se caminhando, e o CDS fez o seu. Também em Almada homenageamos e não esquecemos todos aqueles que souberam resistir e que acreditaram que podia ser diferente. Também em Almada o CDS-PP acredita numa verdadeira mudança e onde o povo será o seu soberano. Também em Almada seremos a voz da discórdia quando assim o acharmos e quando temos razão, mas seremos a voz do consenso quando assim se justificar. Também em Almada como há 40 anos saberemos honrar o nosso passado e dignificar o futuro."

**7.4** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Luís Palma - Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó (apresentando Moção/Deliberação sobre A Educação e a Abertura do Ano Letivo), Maria Odete Alexandre (apresentando Moção/Saudação sobre os 35



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

anos do Serviço Nacional de Saúde), José Joaquim Leitão (apresentando Moção sobre Abertura do Ano Letivo no Concelho de Almada), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação sobre a recuperação das Praias da Costa da Caparica), Paulo Sabino (apresentando Moção sobre uma Rede de Bibliotecas para o Estudo e para Todos), Nuno Matias (apresentando Moção InFAME é a informação distorcida), Paulo Sabino (apresentando Moção sobre Limpeza Urbana no Concelho de Almada), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação Pelo reforço de meios das Forças de Segurança no Concelho de Almada), Eva Gomes (Moção/Saudação à estratégia de desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação de Saudação ao Acordo de Colaboração entre o Município de Almada e a CPPME), Luísa Ramos (apresentando Moção/Saudação sobre a Criação do Serviço Nacional de Saúde e Moção/Deliberação sobre os aumentos das rendas dos moradores dos Bairros Sociais de Renda Apoiada), Nuno Vitorino (apresentando Moção/Deliberação sobre Água, um bem de todos, para todos), Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação Em defesa do Arsenal do Alfeite ao serviço dos Trabalhadores, da Marinha e da economia nacional e Moção/Saudação à Banda da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense), Carlos Guedes (apresentando Moção/Deliberação sobre a privatização e concessão da gestão da recolha e tratamento de resíduos e Moção/Deliberação sobre Condenação pela utilização de Contratos de Emprego Inserção (CEI) e Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+)), António Pedro Maco (apresentando Moção sobre Loja Social), Alexandra Correia (apresentando Moção/Deliberação sobre Recomendação à Câmara Municipal de Almada de criação da figura de Provedor do Animal de Almada), Sónia Silva (apresentado Moção/Saudação sobre Medalha de Mérito Cultural para SFIA - Sociedade Filarmónica Incrível Almadense).

**7.4.1** - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre A Educação e a abertura do Ano Letivo

Neste início de ano escolar e de forma agravada, pais, professores, funcionários e estudantes veem-se confrontados com uma escola pública mais debilitada e mais frágil.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O ano letivo inicia-se num clima de grande instabilidade nas escolas e de agudização das condições de vida das famílias.

A Escola Pública, gratuita e de qualidade e o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar de determinação constitucional, estão sob forte ofensiva do Governo e diariamente é desvirtuada.

As escolas vivem numa permanente situação de instabilidade cada vez mais preocupante e comprometedora da necessária melhoria da qualidade do ensino, onde os docentes são tendencialmente excluídos da participação democrática nas opções programáticas, métodos e conteúdos curriculares, numa clara ofensiva à sua condição profissional e por consequência afastando os seus contributos para o que deve ser a Escola Pública: espaço de liberdade e conhecimento.

Atente-se na afronta ocorrida nos concursos para a colocação de professores, onde não chega pedir desculpas para depois nada fazer, ficando milhares de professores sem possibilidade de lecionar, aumentando por consequência o número de cidadãos portugueses a viver na situação desemprego, pessoal qualificado de que o país precisa para inverter este rumo. Note-se que esta situação de ataque à classe consubstanciou-se com a aplicação ilegal da Prova de Avaliação de Conhecimento e Capacidades, tendo esta colocado milhares de professores fora dos concursos, situação agravada com a Bolsa de Contratação de Escola que elimina uma lista geral de ordenação com critérios transparentes e justos para todos. Quando um país trata assim os seus docentes, não podemos augurar bom futuro para as novas gerações.

Um governo que devia preocupar-se com a taxa de abandono precoce, com os 3,5 milhões de portugueses sem qualquer diploma ou sem conclusão do ensino básico ou com os 1,5 milhões entre os 25 e os 44 anos sem conclusão do Ensino Secundário, coloca-se energicamente em campo para desencadear um projeto ideológico de desmantelamento da Escola Pública, limitando o acesso ao conhecimento, elitizando o ensino, atribuindo às camadas trabalhadoras apenas a necessidade de adquirir competências profissionais ao serviço do mercado capitalista, estratificando assim o sistema educativo.

Isto resulta numa política desastrosa que mantém centenas de escolas com condições degradadas ou insuficientes. Refira-se a situação da Escola Secundária do Monte de Caparica, alvo de intervenção no âmbito do Parque Escolar e que continua a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aguardar a sua conclusão, e com sucessivas diligências por parte dos órgãos autárquicos, da escola, dos pais e estudantes para a resolução desta situação.

Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Almada prossegue a sua orientação no quadro das suas competências e programa político, a desenvolver investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção das atividades de enriquecimento curricular, apoio no fornecimento de refeições, apoio social escolar e este ano atribuiu a pasta escolar, composta por mochila, livros e outros materiais, a todos os alunos do 1.º ano do ensino básico do 1.º ciclo da rede pública. Trata-se de uma intervenção que exige investimentos avultados e que se encontra cada vez mais ameaçada pelos ataques que o poder local democrático sofre e pelos reflexos da política educativa governamental.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País;
2. Pugnar por medidas adicionais de investimento e discriminação positiva, atendendo às dificuldades e desigualdades em contexto escolar, garantindo os apoios sociais aos mais desfavorecidos;
3. Exigir que sejam invertidas das medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
4. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos;
5. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, auxiliares de educação na luta pelas suas reivindicações e direitos e por uma escola pública de sucesso e progresso nacional;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6. Reafirmar o empenho em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.
7. Exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.”

**7.4.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação 35 anos do Serviço Nacional de Saúde

Quando em setembro de 1979, António Arnaut, Ministro dos Assuntos Sociais do governo socialista, o II Governo Constitucional, criou o Serviço Nacional de Saúde (SNS), estava dada a resposta social ao acesso universal, compreensivo e gratuito a cuidados de saúde que a Constituição preconizava.

O acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição social, a cuidados de saúde na promoção, prevenção e tratamento constituiu desde então, uma das instituições mais privilegiadas da sociedade portuguesa, o SNS.

O fundamento do SNS são os valores da solidariedade e da justiça social e permitiu que ao longo destes 35 anos tenhamos atingido indicadores semelhantes aos dos países mais desenvolvidos, no âmbito da saúde.

Estão neste caso as conquistas ao nível dos cuidados de saúde materno-infantis, na oncologia, no combate às doenças crónicas ou às doenças infecciosas.

Ao longo destes 35 anos em que se tentou atenuar assimetrias estruturais, sociais e territoriais, o SNS veio progressivamente a garantir a todos, o acesso a cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação bem como a criação de uma eficiente cobertura nos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados em todo o país.

Contudo a ação do atual governo tem desferido rudes golpes nessa organização, pondo em causa o direito à saúde que a Constituição consagra.

Apesar do discurso político do atual governo continuar a defender o SNS, a verdade é que as alterações introduzidas vão-nos encaminhando para respostas que apenas se baseiam nas condições económicas de cada cidadão.

A redução de respostas eficientes nos serviços de saúde públicos, como sejam a não disponibilização de medicamentos a doentes crónicos, o aumento das listas de espera para consultas de especialidade, de cirurgia, de exames e de tratamentos, a redução



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de horários de atendimento nos serviços de proximidade, a redução do número de profissionais de saúde nos serviços, o encerramento de unidades de saúde no interior do país, a transferência de serviços para hospitais já sobrelotados, o aumento das taxas moderadoras, tem como reverso da medalha o estímulo à criação de seguros de saúde privados. Isto significa que haja respostas mais eficazes para quem pode pagar.

O desígnio do SNS é o de garantir uma resposta eficaz e um serviço de qualidade e excelência.

Cabe a cada um de nós a exigência de que este desígnio não seja posto em causa. Nestes 35 anos do SNS, a Assembleia Municipal de Almada saúda a sua criação pela melhoria que trouxe a todos neste País, a inteligência e o querer de António Arnaut e a coragem do Partido Socialista que ousou assumir tão relevante solução para os cuidados de saúde dos Portugueses.”

#### 7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre Abertura do Ano Letivo no Concelho de Almada

Entre 11 e 15 de setembro iniciou-se um novo ano letivo.

Para milhares de almadenses, alunos, professores, pais e funcionários, foi mais um início de ano letivo marcado por insuficiências e dificuldades, que condicionam negativamente a vida escolar.

Resultado nas opções erradas do governo e da administração educativa, as escolas arrancam com muitos professores em falta e graves incorreções no que respeita à sua colocação. O concurso para a Bolsa de Colocação de Escola, que tem um papel muito relevante na colocação de docentes em muitos agrupamentos do nosso concelho, foi irremediavelmente marcado por erros, inaceitáveis e incompreensíveis, nos critérios de ordenação dos docentes, sendo agora necessário corrigir as colocações realizadas. Mais atrasos, mais angústia para os professores, mais alunos sem aulas, mais desperdício de recursos.

Continua por definir uma política clara no que respeita ao pessoal não docente das escolas, sendo a sua dotação muito insuficiente para as necessidades.

Este ano o Ministério da Educação e Ciência resolveu lançar ainda mais uma nota de dissonância. Em pleno processo de planificação da vida das escolas, alterou as regras



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de distribuição do serviço letivo, causando grandes dificuldades e perplexidade na distribuição do serviço docente ao nível do 1º ciclo.

A rede de escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, da responsabilidade do governo, continua sem soluções para um conjunto de situações cada vez mais inaceitáveis, de que se destacam a EB da Trafaria e a Escola Secundária do Monte de Caparica. Nesta última, os custos decorrentes da incapacidade e incompetência do Ministério da Educação e Ciência, em alugueres de contentores e indemnizações para o empreiteiro, vão-se acumulando, enquanto a população escolar vive no meio do desconforto e da lama.

No que diz respeito ao 1º ciclo, manda a verdade reconhecer que se registaram alguns aspetos positivos, que deram resposta aos alertas e sugestões desde há muito feitas pelo Partido Socialista de Almada.

Estamos a falar do planeamento das intervenções relacionadas com a retirada das coberturas com amianto das escolas e do projeto “Pasta Escolar”, para os alunos do 1º ano do primeiro ciclo. Neste último caso pensamos que é necessário ir mais longe, estendendo o programa a todo o 1º ciclo. Trata-se de um esforço financeiro exequível para a Câmara Municipal, e uma enorme mais-valia para as famílias almadenses.

Já no que respeita à rede escolar da educação pré-escolar e do 1º ciclo, apesar do investimento realizado pela câmara na última década, aproveitando nomeadamente os apoios disponibilizados pelo governo socialista entre 2005 e 2011, ainda se justifica um esforço para ultrapassar o atraso acumulado.

No que respeita ao 1º ciclo continua a registar-se um “deficit” de cerca de 25 salas de aula para que todos os alunos possam usufruir do horário normal. Para a superação deste “deficit” é necessário um investimento de cerca de 3,5 milhões de euros, que urge acomodar do planeamento municipal.

Quanto ao pré-escolar, a rede pública autárquica continua a responder apenas a 40% da população residente com idade para frequentar a educação pré-escolar (3, 4 e 5 anos). Neste âmbito, a solução reside essencialmente numa gestão articulada da rede autárquica e solidária, cuja colaboração pode gerar as sinergias necessárias para que as famílias com crianças em idade pré-escolar tenham a resposta que merecem e de que necessitam.

Ciente de que a educação justifica uma atenção permanente dos órgãos autárquicos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de setembro de 2014, delibera:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

1. Saudar os alunos, professores, pais e funcionários, envolvidos em mais este início do ano letivo;
2. Exigir ao governo que tome medidas urgentes, devidamente planeadas e calendarizadas, de forma a ultrapassar os graves constrangimentos que afetam a rede de escolas da responsabilidade de governo central no nosso concelho;
3. Recomendar à Câmara Municipal que elabore, até ao final do corrente ano, um plano de intervenção que permita ultrapassar o “deficit” de salas do 1º ciclo até ao final deste mandato.
4. Recomendar ainda à Câmara Municipal que dinamiza e lidere um processo de gestão integrada da rede pública e solidária do Pré-escolar, que deve iniciar-se agora, para que no arranque do próximo ano letivo os almadenses já possam beneficiar do conjunto da capacidade instalada no concelho, gerida articuladamente.”

#### 7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a recuperação das Praias da Costa da Caparica

No passado dia 21 de agosto foi concluído pela entidade responsável - Agência Portuguesa do Ambiente - o processo de enchimento artificial das praias da frente urbana da Costa da Caparica, numa operação desenvolvida na sequência das fortes intempéries registadas no início do corrente ano, e fruto da reivindicação desencadeada nesse sentido pelo Poder Local e seus órgãos representativos do Município e Freguesias em defesa dos interesses legítimos das populações mais afetadas por aquela situação.

A Câmara Municipal de Almada saudou então a conclusão daquela intervenção de emergência, sublinhando a importância para os utentes e concessionários das praias que o enchimento artificial de areia se tivesse concretizado em toda a frente urbana de praias da Costa da Caparica.

O Município de Almada - através da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica -, empenhou-se desde o início e totalmente ao lado das populações e das associações representativas das diferentes áreas de atividade económica - do comércio à pesca, passando pelos concessionários de apoios de praia -, atuando aos mais diversos níveis no sentido de assegurar que fossem reunidas as necessárias condições para superar uma situação profundamente





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

negativa que as intempéries traduziram na vida quotidiana dos caparicanos e de todos quantos visitam e usufruem daquela área do nosso território.

Importa a propósito tirar lições de alguma incúria de decisores ao nível do poder central, tanto mais que múltiplos estudos científicos e múltiplas posições de especialistas em dinâmica costeira, afirmam de forma taxativa que não deveriam ter sido interrompidos os procedimentos de enchimento artificial das praias da Costa da Caparica, por decisão do Governo tomada em 2010.

Esta realidade, associada à particular violência das condições atmosféricas, e do mar em particular no inverno de 2014, conduziu as praias da frente urbana da Costa da Caparica à situação sem areia, que exigiu a intervenção de emergência de colocação de um milhão de metros cúbicos de areia em quatro quilómetros da nossa costa.

Regista-se esta realidade sem esquecer, os avultados prejuízos materiais provocados pela invasão do mar de uma apreciável extensão do paredão, e os prejuízos económicos que a ausência de areal em condições adequadas provocou à atividade económica em geral.

Chegam agora notícias que se confirmam dando conta que menos de um mês após a conclusão dos trabalhos de reposição de areias nas praias da frente urbana da Costa da Caparica, o mar e as marés mais amplas de setembro voltaram já a fazer estragos. Dizem os concessionários de apoios de praia, pescadores e outros utentes, que o mar já “engoliu” de novo uma parcela importante da areia colocada, instalando o receio de que a situação vivida há nove meses atrás possa voltar a verificar-se no inverno que se avizinha, ainda que técnicos conhecedores da dinâmica costeira e marítima e a própria Agência Portuguesa do Ambiente - Ministério do Ambiente afirmem que se trata de uma situação “normal”, que ocorre todos os anos em condições naturais na costa portuguesa, a qual é reposta no verão seguinte.

Sublinha-se, por isso e uma vez mais, a extraordinária importância que a conclusão do processo de recuperação do areal na frente urbana e praias da Costa da Caparica representa.

Mas não podemos deixar de sublinhar, igualmente, que é necessário, é indispensável, é imperioso trabalhar para que todo o processo de monitorização e de intervenção concreta nesta área sensível do território da Freguesia da Costa da Caparica e do Município de Almada, não volte a ser abandonado, desrespeitado e interrompido.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Importa sublinhar, ainda, que é imperioso que pela adoção de uma postura ativa e pró-ativa, assumida de forma responsável e séria, se impeça a tomada de decisões de adiamento, ou simplesmente não concretização de intervenções de proteção da orla costeira, intervenções que caso tivessem ocorrido no momento certo e oportuno, e conforme programadas, teriam evitado, ou pelo menos substancialmente minorado, os efeitos negativos que se registaram no início de 2014, afetando gravemente as populações e os seus bens.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar a necessidade de que sejam prosseguidas todas as intervenções que assegurem a reparação e consolidação de estruturas costeiras, que se verifiquem indispensáveis em toda a área da costa atlântica do Concelho de Almada para a defesa e salvaguarda de pessoas e bens.
2. Exigir que sejam devidamente concluídas as obras de reforço e consolidação identificadas como indispensáveis no paredão, nos esporões e no cordão dunar da Costa da Caparica.
3. Exigir que seja mantido e reforçado o programa de monitorização e acompanhamento das intervenções na Costa da Caparica, solicitando ao Governo que reative no mais curto espaço de tempo a Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica, criada no âmbito do Despacho nº 11.191/2007, do Governo - Secretário de Estado do Ordenamento do Território.
4. Considerar indispensáveis as correções de parte das intervenções já realizadas no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica, adequando as intervenções realizadas às reais necessidades das populações, e assegurando uma verdadeira qualificação do ambiente e do espaço público.
5. Reafirmar a absoluta necessidade de implementação e concretização dos diferentes instrumentos de gestão do território considerados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica enquanto fator indispensável à modernização, melhoria da qualidade de vida, e aumento da capacidade, qualidade e potencialidade da oferta turística que esta área privilegiada do território de Almada e de toda a Área Metropolitana de Lisboa oferece a muitos milhões de visitantes em cada ano.”

**7.4.5** - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre Uma Rede de Bibliotecas para o Estudo e para Todos

Reconhecer as carências de cada terra é de particular interesse para a prossecução de políticas públicas capazes de responder aos desafios de cada território e de cada população. Em acréscimo, a modernização e atualização são necessidades constantes, em especial num sector como o da Educação, por via dos progressos na comunicação e nos métodos de ensino e de estudo e das novas exigências da sociedade.

Assim, atendendo:

1. A que a rede municipal de bibliotecas e locais de estudo, locais gratuitos e de acesso livre dedicados ao estudo, à leitura e à utilização de internet, deve ser capaz de responder às necessidades de uma massa jovem numerosa, dinâmica e moderna;
2. A que os nossos alunos são confrontados com um sistema de avaliação exigente e que os submete diariamente a várias horas dedicadas ao estudo;
3. Às dificuldades que os nossos alunos enfrentam, as quais de várias ordens, mas salientando a falta de materiais de estudo ou pesquisa e a escassez de locais para boa realização de estudo, salientando-se que as bibliotecas dos estabelecimentos de ensino não são muitas vezes capazes de responder às necessidades de horário ou espaço existentes (no caso da FCT/UNL, a biblioteca encerra às 20h), uma necessidade já reconhecida por outros importantes concelhos, tais quais Guimarães, Amadora ou Leiria;
4. Às necessidades de trabalhadores-estudantes, que não dispõem de estruturas de apoio aos seus estudos pós-escolares e pós-laborais, nomeadamente locais de estudo públicos compatíveis com tais horários;
5. A que existe, deste modo, a necessidade de locais de estudo com horários alargados e que permitam aos nossos jovens usufruir dos recursos públicos de maior necessidade à atividades estudantil;
6. A que a Biblioteca Municipal Fórum Romeu Correia tem capacidade para albergar uma sala de estudo com horário prolongado, se situa no centro da cidade, dispõe de acesso a vários transportes, iluminação e segurança, e que poderá ser este o local indicado para o estabelecimento de um primeiro local de estudo com horário prolongado em Almada;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

7. Ao Plano do Município para 2014, que prevê a “avaliação de condições para a criação de locais de estudo disponíveis em horário alargado em equipamentos municipais destinados aos jovens”;

Considera-se crucial reforçar o comprometimento da autarquia com as bibliotecas e locais de estudo, melhorando o acesso a serviços que promovam e facilitem a instrução no âmbito dos espaços públicos destinados ao efeito, garantindo a propagação da sua rede de influência por todo o concelho de Almada;

Deste modo, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 25 de Setembro de 2014, delibera:

- I. Reiterar a sua preocupação e particular cuidado com as matérias ligadas à educação e instrução, reforçando, quer junto dos restantes órgãos locais, quer junto do Governo central, a necessidade de se concretizarem os investimentos idealizados e previstos pelo Município para a sua rede de bibliotecas e locais de estudo;
- II. Recomendar ao Executivo Camarário que promova o estudo das necessidades de prolongamento dos horários de todas as bibliotecas e locais de estudo pertencentes ao Município e que encete esforços no sentido de acorrer às necessidades diagnosticadas no mais curto prazo possível, prolongando os horários de funcionamento de tais recursos públicos;
- III. Em particular, recomendar ao Executivo Camarário o investimento, no mais curto prazo possível, no prolongamento dos horários de funcionamento da Biblioteca Municipal de Almada, sita no Fórum Municipal Romeu Correia, e comprometendo-se com este desígnio no seu Plano de Atividades para 2015.
- IV. Em particular, recomendar ao Executivo Camarário que tenha especial atenção às dificuldades sentidas por trabalhadores-estudantes, considerando também a possibilidade de, no futuro, se vir a criar um Centro de Estudos Municipal aberto 24 horas por dia;
- V. Recomendar ao Executivo Camarário que promova, a breve trecho, o estudo das necessidades de equipamento e extensão de serviços no âmbito das bibliotecas do Município, em particular considerando as possibilidades de se instalarem reprografias em alguns espaços de estudo ou de se promoverem bibliotecas itinerantes;
- VI. Recomendar ao Executivo Camarário a realização de uma campanha de promoção das bibliotecas do concelho e de incentivo à sua utilização, para o efeito podendo ser utilizada a rede de propaganda de rua do Município.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre InFAMe é a informação distorcida

Os munícipes de Almada foram confrontados com um outdoor camarário que, num tom indignado, referia ser inFAMe o governo retirar 3 milhões e 500 mil Euros a Almada.

Esta visão indignada e insurgente relativa ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) alertava os mais incautos para o facto de um município com boa saúde financeira, ficar sem 3 milhões e 500 mil Euros, sem mais. Como se o governo tivesse invertido a lógica da punição, castigando os municípios cumpridores para presentear aqueles que não fizeram do rigor financeiro a sua premissa central.

O imediatismo do alerta, passa a mensagem para os mais ingénuos, de um governo tirano que penaliza a cidade em 3 milhões e 500 mil Euros, de imediato, sem delongas e sem piedade.

A “aparente” mensagem assustadora, paga com fundos camarários, tem, no entanto, reservas de inverdades e desinformações latentes, essas sim infames.

De facto, esqueceu-se o executivo camarário que a capitalização do Fundo de Apoio Municipal (FAM) é feita no máximo em 7 anos, e não de um dia para o outro.

Esqueceu-se, também, que a realização do capital social do FAM é feita em duas prestações anuais, em Junho e em Dezembro.

Fez tábua rasa que as unidades de participação, amplamente explicadas na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, são remuneradas e que, não menos importante, podem ser resgatadas antecipadamente, dependendo esse resgate antecipado do cumprimento, com sucesso, dos planos e contratos celebrados no âmbito do FAM.

Em suma, aquilo que acontece, de facto, é que um determinado valor é colocado num fundo, funcionando este como um empréstimo, até ao final do prazo contratualizado, serão pagos juros e o valor do investimento será resgatado. Além do mais, o investimento de capitalização do FAM, não ultrapassa 1% da taxa de esforço da sua receita total anual.

A Almada nada lhe é retirado, faz um investimento, e é remunerado pelo mesmo.

Se do ponto de vista jurídico, a clareza do sistema contraria a indignação do alerta, do ponto de vista político, ainda é mais estranho o dito alerta.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Tanto mais que, importa realçar, que a propósito da gestão danosa do BPN, o Partido Comunista Português defendia a criação de um fundo para fazer face às dificuldades financeiras do Banco, alegando que não deveriam ser os contribuintes a pagar as loucuras / incompetências dos banqueiros.

Agora, que é criado um fundo para combater as gestões ineficazes ou, porque não dizê-lo danosas, de alguns municípios, já os cidadãos podem pagá-las?

O FAM, não é no seu espírito, aquilo que o Partido Comunista Português reclamava para o sector bancário?

Ou existem dois pesos e duas medidas ou então a solidariedade não é o forte do município de Almada.

Existem vários municípios em claras dificuldades financeiras, tendo até exemplos bem próximos de nós, com executivos camarários liderados pelos vários partidos, e devemos ficar quietos?

Até se entende que não seja simpático para quem cumpre, dispor de verbas para acudir os incumpridores, mas a solidariedade não é um dos valores da democracia?

Não ganha o município de Almada nada com isso?

Basta ler a Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, para perceber que nada se retira ao município, este fará em empréstimo e será remunerado pelo mesmo.

Não pode, por isso, o Partido Social Democrata, deixar de repudiar veementemente o conteúdo do outdoor colocado pelo executivo camarário, com dinheiro dos munícipes, que pela sua natureza panfletária e redutora, só serve para enganar os almadenses. E isso sim, é INFAME.

Como tal, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Setembro de 2014, delibera:

- Exigir à Câmara Municipal de Almada que reponha a verdade e, utilizando os meios próprios, informe corretamente os munícipes.
- Consequentemente, exigir à Câmara Municipal de Almada, que retire de imediato o referido outdoor infame colocado no Centro Sul.
- Exigir à Câmara Municipal de Almada que preste à população as informações necessárias sobre este assunto, pois a falta de informação ou o manuseamento tendencioso da mesma, é, sem dúvida nenhuma, infame.”

**7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Moção sobre Limpeza Urbana no Concelho de Almada

A recolha do lixo, a limpeza dos arruamentos e espaços ajardinados tem sido desde sempre uma grande preocupação do nosso Partido, da Edilidade e principalmente de todos os Almadenses.

A decisão do governo PSD/CDS de promover a privatização do setor dos resíduos através da empresa EGF tem a oposição da edilidade de Almada sendo um dos argumentos que a qualidade deste serviço se vai degradar.

Em consequência a edilidade não se tem poupado a esforços e ... a despesas para mobilizar os munícipes na defesa do *status* atual.

Infere-se das inúmeras intervenções de responsáveis pela gestão da coisa pública em Almada que, tendo em conta a situação da limpeza urbana e recolha dos resíduos no Concelho, os munícipes almadenses estão satisfeitos pelo que tudo deve continuar na mesma!

A realidade não é, infelizmente, assim:

- Uma rápida passagem pelas várias freguesias permite constatar que a limpeza dos arruamentos e espaços ajardinados atingiu, em muitos, muitos locais, o estado calamitoso.

Os cidadãos almadenses sabem que esta é a verdade, porque todos os dias são confrontados com falta de limpeza urbana e falta de qualidade no asseio dos espaços públicos.

O Senhor Presidente da Câmara e os seus Vereadores executivos, no exercício das suas funções hierarquizam naturalmente prioridades e objetivos, seja por razões de gestão, seja por outras razões, mas os factos evidenciam que todo o dossier relativo à recolha do lixo, à limpeza dos arruamentos e espaços ajardinados está muito distante dos seus olhos e preocupações à exceção .... do capítulo relativo à privatização que é um argumento político e não de gestão!

Os Almadenses não entendem as razões dos clamores pela maioria CDU, contra a privatização do tratamento do lixo quando têm as suas ruas, praças e jardins sujos com falta de limpeza, algo que é da responsabilidade direta e exclusiva da Câmara!

Os munícipes tem que cumprir religiosamente as suas obrigações tributárias municipais sob pena de serem penalizados. Assim deve ser!

Naturalmente, os munícipes exigem que a Câmara Municipal cumpra os seus compromissos eleitorais:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Zelar pela boa limpeza dos nossos espaços públicos;
- Zelar para que não tenhamos os jardins cheios de dejetos canídeos (para isso, senhores, bastará fazer cumprir o estipulado nas placas que a edilidade colocou!);
- Zelar que a recolha do lixo seja realizada com a periodicidade exigida pelas circunstâncias de cada rua e freguesia;
- Zelar que a envolvente dos contentores não fique após a recolha mais conspurcada que estava antes da recolha;
- Zelar para que os arruamentos sejam efetivamente limpos e não “passeados” pelos funcionários encarregues.

Não temos dúvidas que os responsáveis autárquicos intimamente reconhecem que a situação, assim como está, vai mal!

O que é que impede, então, que o executivo de que o Senhor Presidente é o responsável máximo cumpra na plenitude a sua obrigação de defesa do asseio dos espaços públicos?

Se não conseguem fazer melhor então ... assumam-no e tirem as consequências!

Outros, com certeza, serão capazes, também aqui, de fazer melhor com o que hoje o município tem ao seu dispor.

Os representantes do PSD neste Órgão autárquico, não podem mais continuar a calar a reiterada sonegação aos almadenses do direito a uma eficiente recolha do lixo, limpeza dos arruamentos e espaços ajardinados pelo que propõem, neste contexto, que a assembleia reunida em reunião ordinária de Setembro delibere:

- a) - A aprovação de um voto de reprovação da gestão autárquica deste pelouro da responsabilidade da maioria camarária eleita pela CDU;
- b) - Exigir a tomada de medidas urgentes com vista a melhorar a qualidade dos serviços de Limpeza Urbana no nosso Concelho.”

**7.4.8** - O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pelo reforço de meios das Forças de Segurança no Concelho de Almada

No âmbito da apreciação dos pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada que esta Assembleia Municipal realizou em maio passado, regista-se, entre outras conclusões:





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Que “a atividade criminal participada às forças de segurança no Concelho de Almada, PSP, GNR e Polícia Marítima, teve uma redução global de 535 crimes em comparação com o ano de 2012, o que representa uma diminuição de 7,2%, que se considera digno de registo embora inferior aos dados nacionais que se traduzem numa redução de 11%”;

E que “sendo considerados positivos os dados globais é manifestada apreensão quanto ao futuro por influência do significativo aumento do desemprego, da pobreza, das desigualdades, da exclusão e injustiça sociais, com a gravíssima crise económica e social que a todos afeta e que tenderá a refletir-se nos níveis de segurança e no sentimento de insegurança”. (Edital Nº 133/XI-1º/2013-14 e Ata nº 13/XI-1º da Assembleia Municipal de Almada).

A Assembleia Municipal de Almada expressava então, reiterando aliás tomadas de posição públicas anteriormente assumidas, a necessidade de reforço dos meios físicos e operacionais afetos às diferentes forças de segurança que atuam no território do nosso Concelho - em particular no que respeita à Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Guarda Nacional Republicana (GNR) -, enquanto fator essencial e determinante para o aumento da capacidade de resposta e intervenção daquelas forças, e igualmente como fator dissuasor de ações e comportamentos marginais à lei.

É oportuno, por isso, retomar nesta Assembleia Municipal e neste momento, a abordagem de uma matéria que preocupa os Almadenses em geral, e afeta no concreto um número considerável de cidadãos do nosso Concelho, sobre a qual se mantêm situações de insuficiência ao nível da capacidade de resposta que urge superar.

Entre as questões mais prementes que se colocam aos Almadenses no domínio da segurança, destacamos:

A necessidade de reforço dos efetivos e meios operacionais das forças de segurança - PSP e GNR - hoje manifestamente diminutos tendo em consideração a dimensão populacional do Concelho;

A adoção de uma prática de policiamento de proximidade capaz de sustentar a melhoria das condições objetivas de segurança dos cidadãos, e melhorar igualmente o não menos importante sentimento de segurança das populações;

A instalação de uma unidade da GNR para servir a área do antigo Plano Integrado de Almada, na Freguesia da Caparica, desde há longos anos reivindicado pelas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

populações e autarquias locais tendo a Câmara Municipal disponibilizado já diversas localizações possível para essa instalação;

A reabertura do posto de proximidade da PSP em Almada Velha, previsto para o próximo mês de outubro;

O reforço da capacidade de intervenção das forças de segurança, bem como das condições de iluminação pública, em alguns pontos que se revelam mais sensíveis sob o ponto de vista de segurança no território do Concelho de Almada, destacando-se todo o traçado do Metro Sul do Tejo, mas particularmente a área da Fomega/Caparica, a zona da Faculdade de Ciências e Tecnologia no Monte de Caparica, a área de influência do interface de transportes públicos do Pragal (Fertagus/MST/TST), e a zona de Almada Velha, sem descuar naturalmente a capacidade permanente de cobertura do conjunto da área do território concelhio.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Relembrar o conteúdo dos pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada relativamente à necessidade de reforço dos meios físicos, materiais e humanos das forças de segurança no Concelho de Almada.
2. Reiterar junto do Governo e do Ministério da Administração Interna a necessidade de instalação de um posto da GNR na área do antigo Plano Integrado de Almada, no Monte de Caparica.
3. Reiterar junto do Governo e dos Comandos das Forças de Segurança, a necessidade de conceção de mecanismos que conduzam a uma intervenção policial de proximidade mais ativa, pedagógica e permanente em todo o território do Concelho de Almada, de modo constituir-se como contributo mais decisivo para elevar o sentimento de segurança dos cidadãos.”

**7.4.9 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação à estratégia de desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica  
A privilegiada localização geográfica do Município de Almada oferece perspetivas de desenvolvimento económico, social e cultural únicas. Apostar na Costa da Caparica assume-se como uma decisão estratégica que permite tornar a frente atlântica do concelho num destino turístico de excelência.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Enquadrado no plano de promoção da Costa da Caparica, o Festival O Sol da Caparica, realizado nos passados dias 14 a 17 de Agosto, animou o Parque Urbano a freguesia e o concelho de Almada.

Afirmou-se como um Festival de vanguarda que contou com a participação de mais de 30 artistas de expressão portuguesa, com cinema de animação trazido pela Mostra, com espetáculo noturno de luz, com arte urbana, com praia, com Surf e muita animação. A singularidade do festival passou igualmente pela atração de todas as faixas etárias populacionais, como exemplifica a dedicação do último dia do Festival às crianças e suas famílias.

A primeira edição de O Sol da Caparica contou com a participação de mais de 65 mil pessoas, ficando o seu sucesso eximamente ilustrado na noite de sábado, com o atingir da lotação máxima do recinto obrigando ao fecho das bilheteiras. Este êxito, proporcionou à autarquia avançar com diversas intervenções de qualificação do espaço verde e assegurar a realização da segunda edição do evento.

Dar continuidade à otimização da Costa da Caparica passa por incentivar as populações a visitá-la fora da época balnear. Explorar as impares condições naturais das praias caparicanas, que as tornam destino de excelência para a prática de desportos de onda, permite a sua promoção. Neste sentido, o anúncio do Presidente da Câmara Municipal de realizar um festival de Surf durante o inverno na Costa da Caparica permite aliar o mar, o sol, o vento e as ondas da região à sua promoção e projeção tanto nacional como internacional, cativando os melhores surfistas, as suas famílias, os seus adeptos e todos apaixonados pelo Surf e pelo desporto.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada pelo sucesso da primeira edição do Festival O Sol da Caparica, pelo empenho na sua célere preparação, pela opção de homenagear a música de língua portuguesa, pela diversidade de oferta cultural, pela divulgação do surf e das praias do concelho e pelo compromisso de manter estas características nas futuras edições.
2. Saudar a iniciativa da realização de um festival de Surf no inverno que permita a celebração das características naturais das praias caparicanas e a afirmação da localização privilegiada das mesmas no contexto da Região Metropolitana de Lisboa,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

contribuindo para a valorização, desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica.”

**7.4.10** - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Ao Acordo de Colaboração entre o Município de Almada e a CPPME  
No passado dia 31 de julho, a Câmara Municipal de Almada e a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) celebraram um Acordo de Colaboração, através do qual se prevê a realização de um amplo conjunto de iniciativas e atividades de promoção e desenvolvimento da atividade económica do Concelho de Almada.

Num momento em que se assiste a um dramático aumento do volume de destruição do tecido empresarial ao nível das empresas com maior incidência nas de micro e pequena dimensão no Concelho de Almada (como, aliás, por todo o país) - os números apontam para a perda, em Almada e nos últimos três anos, de cerca de metade do número de micro e pequenas empresas -, com a conseqüente e dramática perda de postos de trabalho e correspondente aumento do desemprego, a Câmara Municipal de Almada e a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas decidem dar um passo significativo para em conjunto procurarem os estímulos e incentivos indispensáveis à contenção e inversão das condições que conduzem àquele estado de coisas.

O acordo celebrado considerando uma vigência de três anos, prevê o desenvolvimento de ações significativas de que se destaca:

O desenvolvimento de iniciativas que conduzam à densificação de uma política ativa de apoio à criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas no Concelho de Almada;

A realização anual de um evento de nível municipal para discussão, reflexão e diagnóstico sobre as grandes questões que se colocam à atividade destas empresas instaladas no Concelho de Almada;

A participação organizada das micro, pequenas e médias empresas em iniciativas promovidas, participadas ou apoiadas pelo Município de Almada na área económica;

O desenvolvimento de um plano anual de formação e sensibilização em áreas profissionais específicas, destinadas a apoio da atividade dos empresários do Concelho de Almada;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A disponibilização de informação específica e regular sobre as micro, pequenas e médias empresas, em estreita articulação Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI) criado pela Câmara Municipal de Almada.

O Acordo prevê igualmente a cedência de instalações e o apoio ao desenvolvimento de atividades da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Concelho de Almada por parte do Município, traduzindo a disponibilidade do Município em promover medidas suscetíveis de atrair novas empresas e nova atividade económica para o Concelho, e constituindo assim um significativo contributo para potenciar e dinamizar o processo de desenvolvimento económico, a criação de postos de trabalho e conseqüente melhoria das perspetivas de emprego e das condições de vida dos Almadenses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Saudar vivamente a Câmara Municipal de Almada e a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas pelo Acordo de Colaboração celebrado.
2. Expressar o profundo interesse da Assembleia Municipal neste processo de Cooperação, na convicção de que o Acordo e a aplicação concreta dos compromissos assumidos pelas partes, proporcionará a obtenção de frutuosa resultados para o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho, e em especial para a população Almadense.”

**7.4.11 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.4.11.1 - Moção/Deliberação Criação do Serviço Nacional de Saúde**

Dia 15 de setembro fez 35 anos que foi publicada a Lei nº 56/79 que dá corpo ao direito dos portugueses à saúde, universal, geral e gratuita, consignado na Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976, inscrevendo-o como responsabilidade do Estado.

A criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Resultante da revolução de Abril e das lutas travadas pelo povo português e pelos trabalhadores, contou com o trabalho empenhado também de muitos profissionais de saúde.

E foi a partir daí que muitos milhares de portugueses foram, pela primeira vez, a uma consulta médica, tiveram acesso aos cuidados de saúde, contribuindo para colocar



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Portugal no caminho do progresso dos indicadores de saúde, com os assinaláveis ganhos na qualidade de vida do povo e do desenvolvimento do país.

Papel ativo no sucesso do SNS, na qualidade e eficiência da prestação de cuidados de saúde e na referência a nível mundial, classificação em lugar cimeiro pela Organização Mundial de Saúde, foi e continua a ser desempenhado pelos profissionais da saúde.

Nestes 35 anos de existência o SNS teve inimigos e continua a ter principalmente dos grupos financeiros privados que veem na saúde, sobretudo na doença, um negócio altamente lucrativo.

Para isso querem desmantelar o SNS, para o que têm contado com as políticas desenvolvidas por sucessivos governos, com destaque para o atual, na concretização das suas ambições.

Para demonstrá-lo, ao mesmo tempo que se acentuam os cortes no financiamento do SNS, redução de 2.398 milhões de euros nos últimos 4 anos, com a tese de que o País não dispõe de recursos financeiros suficientes para investir no SNS, aí estão as verbas escandalosas, que não param de crescer, designadamente, no financiamento das PPP, na transferência de mais de 500 milhões de euros da ADSE para os grupos privados já instalados.

É neste contexto que importa saber da razão que levou o governo a deixar de pagar aos hospitais públicos os serviços prestados aos beneficiários da ADSE.

Encerraram serviços de proximidade indispensáveis no acesso aos cuidados primários de saúde, introduziram, generalizaram e aumentaram as taxas moderadoras nas consultas e nos meios auxiliares de diagnóstico, retiraram o transporte aos doentes não urgentes, impedindo o acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

Afrontam e atacam os profissionais de saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros, provocando uma sangria destes profissionais para o sector privado e até para a emigração.

Estrangulam financeiramente o SNS, seja pela redução acentuada das verbas e desinvestimento público, seja pela imposição da lei dos compromissos que, no âmbito dos cuidados hospitalares, atinge proporções altamente preocupantes.

Em nome da “eficácia e da sustentabilidade” impuseram “reorganizações” que cada vez mais dificultam o acesso atempado dos utentes, como por exemplo a dos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

serviços de urgência noturna na Área Metropolitana de Lisboa e a Portaria nº 82/2014, medidas contestadas também pela Assembleia Municipal de Almada.

A estratégia é cada vez mais evidente: degradar e descredibilizar o SNS, penalizando e afastando ainda mais os utentes dos serviços públicos de saúde, para justificar a sua privatização.

Acresce que, no atual quadro de profunda crise económica e social vivida pela generalidade das famílias, decorrente dos cortes nos salários, pensões e apoios sociais, do desemprego e da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, com as inevitáveis implicações na saúde física e mental das pessoas, aumenta o número de portugueses impossibilitados de aceder aos cuidados de saúde.

No concelho de Almada são dezenas de milhares de utentes sem médico de família, é crescente o número de pacientes que esperam meses e meses por uma consulta de especialidade, por exames de diagnóstico e cirurgias.

Para o governo “reorganizar”, “racionalizar”, “defender a sustentabilidade” significa encerrar, cortar, desmantelar o SNS.

Já não são só os utentes que se queixam e lutam.

Atente-se nas tomadas de posição dos profissionais que, preocupados com as consequências para a qualidade dos serviços prestados, denunciam as péssimas condições de trabalho, as faltas de meios humanos, técnicos e até de coisas básicas, como por exemplo roupa de cama.

Atente-se na carta subscrita por 47 diretores de serviço do Hospital Garcia de Orta (HGO) ao ministro da saúde.

Atente-se nas diferentes lutas travadas por médicos e enfermeiros por melhores condições de trabalho, na defesa do SNS de qualidade e eficiente.

Atente-se nas denúncias feitas pela Ordem dos Médicos e suas Delegações Regionais, pela Ordem dos Enfermeiros, Sindicatos e até pelo Observatório da Saúde nos seus relatórios, bem como nas posições de muitos Municípios da responsabilidade de vários quadrantes políticos na luta mais geral em defesa do SNS.

Atente-se nas várias tomadas de posição do Município de Almada e das Juntas das Freguesias do Concelho.

São estes os verdadeiros defensores do SNS.

Alarga-se a luta por uma outra política para Portugal baseada nos valores e conquistas de Abril.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2014 delibera:

1. Saudar os 35 anos da criação do SNS, exortando as populações do Concelho a reforçarem a unidade na luta em defesa deste importante pilar do regime democrático;
2. Reclamar do governo a adoção de medidas que reponham o acesso dos utentes aos cuidados de saúde, designadamente por abolição das taxas moderadoras;
3. Pelo alargamento dos horários de funcionamento dos Centros de Saúde;
4. Pela revogação da Portaria nº 82/2014;
5. Pela resolução dos problemas no HGO, conforme exposição dos diretores clínicos ao ministério da saúde;
6. Pela construção do hospital no Seixal.”

#### **7.4.11.2 - Moção/Deliberação sobre os aumentos das rendas dos moradores dos Bairros Sociais de Renda Apoiada**

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IRHU) insiste em agravar as condições de vida dos moradores nos Bairros Sociais da sua responsabilidade, através dos aumentos inoportáveis das rendas.

Tal como aconteceu aos moradores do Bairro Rosa no Pragal, são agora os do Bairro Amarelo na Caparica, que são confrontados com exigências de aumentos que, e segundo os próprios, chegam a atingir valores da ordem dos 1000 a 3000 por cento. O IRHU e o Governo sabem que insistir na aplicação do Decreto-Lei em vigor, apesar das várias promessas em revê-lo, especialmente num tempo de grave crise social, é provocar maior instabilidade e pobreza nas famílias.

O IRHU e o Governo abandonaram estes Bairros e sabem que os melhoramentos nas habitações foram assumidos e pagos pelos moradores. Sabem o estado de degradação dos edifícios, por ausência de intervenções ao longo dos anos, e ainda assim insistem em impor aumentos exorbitantes e inoportáveis.

O direito à habitação, conforme o estipulado na Constituição da República, é da responsabilidade do Estado, pelo que compete ao Poder Central cumprir e fazer cumprir também esse direito fundamental dos Direitos Humanos.

É, pois urgente, que o Governo suspenda esta ofensiva do IRHU, cumpra as sucessivas promessas de resolução destes problemas, bem como as várias recomendações da Assembleia da República, a última das quais a Resolução nº





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

10/2014 em que determina ao Governo a reanálise do Regime de Renda Apoiada com vista, a uma Lei justa e equitativa.

A base de cálculo para determinar o valor das rendas deve pois ser alterada para valores líquidos e não brutos dos rendimentos dos moradores e ter também em consideração nomeadamente dimensão e composição do agregado familiar, o valor do investimento dos residentes na reparação e conservação das habitações.

O Poder Local em Almada tem manifestado apoio às iniciativas e ação dos moradores e suas estruturas representativas e a Assembleia Municipal continuará também ao lado dos moradores dos Bairros Sociais na exigência de políticas e leis justas que tenham em consideração a situação económica e social das famílias.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2014 delibera:

1. Reclamar do Governo a suspensão imediata dos aumentos praticados pelo IHRU aos moradores dos Bairros Sociais e em particular aos moradores do Bairro Amarelo/PIA/Monte de Caparica e que, com urgência, proceda à revisão do Regime Jurídico da Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93), designadamente dos critérios para a fixação das rendas.
2. Manifestar solidariedade aos moradores dos Bairros Sociais e em particular à ação e iniciativas dos moradores do Bairro Amarelo/PIA/Caparica.”

**7.4.12** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Água, um bem de todos, para todos

Comemora-se no próximo dia 1 de Outubro o Dia Nacional da Água, criado para promover a reflexão sobre a importância dos recursos hídricos para o bem-estar humano, a saúde, a segurança alimentar, a preservação do bom funcionamento dos ecossistemas e a da biodiversidade, o ordenamento do território e a própria soberania nacional, que simbolicamente coincide com o início do ano hidrológico.

A Assembleia Municipal de Almada, já em várias oportunidades exprimiu o seu contributo para a afirmação de uma governação da água, ao serviço do progresso e do desenvolvimento, socialmente justa e ambientalmente responsável, ao nível local e nacional, tendo sempre presente o seu carácter global de elemento natural que não conhece fronteiras e bem comum da humanidade, cujo acesso de todas as pessoas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

foi consagrado como Direito Humano pelas Nações Unidas. No entanto, a importância e atualidade política do assunto exige que mais uma vez voltemos ao tema.

A governação da água promovida pelo atual governo tem aprofundado o afastamento da sua execução ao serviço dos interesses nacionais, da soberania e do desenvolvimento, e dos interesses dos cidadãos, do bem-estar, da justiça social e da participação democrática na gestão desse bem, orientada por uma visão neoliberal em que a privatização da natureza e dos serviços públicos são o *zenit* da ação governativa.

À cautela, pois sabe que o povo é zeloso da sua água, com eufemismos linguísticos e políticas dissimuladas, o governo e a maioria parlamentar têm procurado encobrir e negar as suas reais intenções. Nova prova disso é a não consideração da água no âmbito do diploma que cria o regime extraordinário para a salvaguarda dos ativos estratégicos para o interesse nacional, o Decreto-Lei n.º 138/2014, publicado em Diário da República no passado dia 15 de Setembro, facto que bem demonstra que o governo quer ficar com o caminho desimpedido não só para a privatização, mas também para a entrega destes ativos aos interesses financeiros internacionais e às transnacionais da água e da energia.

Ao mesmo tempo que o governo persegue a sua ofensiva contra o Poder Local e as competências que lhe foram consagradas, nomeadamente em matéria de água e saneamento impondo o que designa de *reestruturação do sector da água*, que mais não é do que a centralização da gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos ativos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso direto aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelos utilizadores, com o fim de criar um negócio da água, que culminará sem dúvida na tentativa de impor um processo semelhante ao que faz poucos dias conduziu à privatização da gestão dos resíduos/EGF, a maioria parlamentar adiou mais de um ano a discussão do Projeto de Lei n.º 368/XII "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", resultado de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, que num exercício inédito de mobilização social desta natureza, recolheu mais de 40.000 assinaturas de apoio, excedendo largamente o mínimo exigido por Lei, ação política e social que é voz da imensa maioria dos portugueses que pretendem continuar a manter o Estado como garante de uma governação da água ao serviço de Portugal e dos portugueses e a gestão dos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

serviços públicos de água e saneamento em mãos públicas, no âmbito do controlo democrático, que a escolha popular e a participação cidadã garantem.

É também momento de assinalar, com preocupação, os efeitos gerados pelas políticas que, no mesmo sentido, foram anteriormente conduzidas, pelo atual e anteriores governos, asseveradas pelo processo de empobrecimento que o país conheceu com grande dureza nos últimos anos, em particular as dificuldades económicas dos municípios em assegurar os seus compromissos com os sistemas multimunicipais e o arredar de milhares de portugueses, por dificuldades económicas, do acesso a serviços públicos essenciais, entre elas a água.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de Setembro de 2014, delibera:

- 1 - Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de defesa da gestão pública da água e do saneamento, nomeadamente a denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, destes sectores e dos serviços que lhe dão corpo, construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações, como um esbulho atentatório dos interesses dos munícipes e do poder local.
- 2 - Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de consideração da água como bem comum, direito e responsabilidade de todos, estratégico para soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão com estes objetivos apenas o Estado está em condições de garantir;
- 3 - Reafirmar em paralelo, a incontornável responsabilidade da administração central em assegurar políticas sociais que garantam a dignidade de todos os portugueses e o acesso a condições materiais que assegurem uma vida de acordo com essa dignidade, e o apoio às políticas sociais de garantia de não exclusão do acesso aos serviços de água, por razões socioeconómicas, prosseguidas pela Câmara Municipal de Almada, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município.
- 4 - Manifestar a sua solidariedade para com todos os que travam esta mesma batalha, nomeadamente os cidadãos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos para a "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", fazendo votos de que a mesma tenha, por parte dos deputados da república, a quando da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sua discussão em Plenário, no próximo dia 9 de Outubro, o acolhimento que garanta a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses.”

**7.4.13** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.4.13.1** - Moção/Deliberação Em defesa do Arsenal do Alfeite ao serviço dos Trabalhadores, da Marinha e da economia nacional

O Ministro da Defesa, poucos dias após anunciar a dissolução da holding EMPORDEF, assinou com o ex-ministro da Economia Augusto Mateus, um contrato de consultoria para estudar “a criação de cenários de evolução empresarial em situação competitiva e de soluções de reestruturação para o Arsenal do Alfeite”.

O estudo custará 74 mil euros e deverá estar concluído em finais de Janeiro de 2015. A denominada reestruturação do Arsenal do Alfeite em 2009, com a saída do âmbito da Marinha para integrar a EMPORDEF, levou à transferência de 32 milhões de euros para socorrer os Estaleiros de Viana do Castelo o que não impediu a extinção da empresa com os prejuízos causados aos trabalhadores, à indústria naval, à região e à economia nacional.

Atualmente o Arsenal do Alfeite, SA, tem aproximadamente 550 trabalhadores e com todos os cortes orçamentais à Marinha, foram retirados os meios financeiros para manter o nível de reparações nos seus navios, que sempre foram a atividade principal do estaleiro.

A expectativa otimista do governo em 2009 com a solução da reestruturação do Arsenal do Alfeite e a passagem a Sociedade Anónima, mereceu a oposição dos trabalhadores e dos seus órgãos representativos que apresentaram alternativas para outra reestruturação e para a continuação da empresa no âmbito da Marinha; até aquela data havia um equilíbrio económico-financeiro o que não veio a acontecer passados poucos anos com resultados negativos de aproximadamente 10 milhões de euros nos anos de 2012 e 2013.

A proposta de reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha e a oposição a uma eventual privatização é o caminho que preconizamos em defesa dos trabalhadores, da reparação e da construção naval e da economia local e nacional.

A Assembleia Municipal de Almada sempre tem tomado posição, relativamente à necessidade da continuação da atividade de reparação e construção naval do Arsenal do Alfeite.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Assumimos o compromisso de prosseguir o caminho que sempre preconizámos em defesa dos postos de trabalho e da economia local e nacional.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, no Pavilhão Gimnodesportivo do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro em 25 e 26 de Setembro de 2014, delibera:

- Reiterar todo o apoio aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, em defesa da continuação da atividade de reparação e construção naval no âmbito da Marinha, contra a privatização do estaleiro.”

#### 7.4.13.2 - Moção/Saudação À Banda da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense

A Banda da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense recebeu no passado dia 31 de Agosto, a Medalha de Mérito Cultural, atribuída pela Secretaria de Estado da Cultura, no âmbito das comemorações do Dia Nacional das Bandas Filarmónicas, em reconhecimento do trabalho que tem desenvolvido em prol da música portuguesa.

A Sociedade Filarmónica Incrível Almadense foi fundada no Pátio do Prior do Crato em Almada em 1 de Outubro de 1848 e com ela a sua Banda Filarmónica, maioritariamente constituída no período inicial por tanoeiros e corticeiros, sendo a Banda mais antiga do Concelho de Almada e a segunda mais antiga do Distrito de Setúbal.

Com o funcionamento e atividade ininterrupta desde 1848, nela se formaram milhares de músicos de ambos os sexos; é composta atualmente por cerca de 45 músicos tendo em atividade uma Escola de Música com aproximadamente quatro dezenas de crianças e jovens.

A Sociedade Filarmónica Incrível Almadense teve e tem ao longo da sua história uma importante intervenção social e política permitindo assim a reunião, o convívio e a discussão de ideias, mantendo uma importante oferta cultural, recreativa e desportiva.

Foram atribuídas outras distinções à Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e em 1989 a Câmara Municipal de Almada atribuiu-lhe a Medalha de Ouro da Cidade de Almada.

Englobamos nesta Saudação o apreço e reconhecimento, pela sua importância, ao Museu da Música Filarmónica na preservação da memória sobre a história do associativismo e concretamente da música filarmónica do nosso concelho.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 25 e 26 de Setembro de 2014, no Pavilhão Gimnodesportivo do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, delibera:

- Homenagear todos aqueles e aquelas que, ao longo de muitas décadas têm, com o seu empenhamento determinação e saber, contribuído para o engrandecimento e prestígio da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e da sua Banda.”

**7.4.14** - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.4.14.1** - Moção/Deliberação Sobre a privatização e concessão da gestão da recolha e tratamento de resíduos

Considerando que:

- a) O sector da recolha e tratamento de resíduos tem uma importância central na sociedade, com sérias implicações na saúde pública e no ambiente;
- b) A recolha e tratamento de resíduos constituem uma atribuição essencial dos Municípios, ao ponto de serem considerados serviços públicos essenciais, cuja manutenção importa assegurar, mesmo em caso de rutura financeira do Município (artigo 3.º, alínea c) da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto).
- c) A importância deste sector está bem patente nos incómodos resultantes do seu mau funcionamento, como foi o caso do que foi sucedendo no Sul da Itália, com exploração de privados e intervenção da máfia.
- d) O modelo privado de gestão de resíduos não apresenta quaisquer vantagens ao nível da eficiência face à gestão pública, conforme aponta um estudo financiado pela União Europeia, da autoria de David Hall (disponível em <http://www.psiru.org/reports/waste-management-europe-framework-trends-and-issues> e com outros dados disponíveis em [http://www.recobaltic21.net/downloads/Public/Meetings/Workshop%20The%20art%20of%20Procurement%20in%20Waste%20management/5-waste\\_management\\_in\\_europe\\_david\\_hall.pdf](http://www.recobaltic21.net/downloads/Public/Meetings/Workshop%20The%20art%20of%20Procurement%20in%20Waste%20management/5-waste_management_in_europe_david_hall.pdf));
- e) De igual forma, o primeiro estudo aponta para a tendência de remunicipalização da gestão de resíduos, aí se apontando exemplos franceses e alemães;
- f) A Quercus afirma que a privatização não baixará os custos da gestão de resíduos (ver <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/quercus-diz-privatizacao-da-egf-nao-vai-baixar-custos-nos-residuos/pag/2>);



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- g) A Assembleia da República, pela Lei n.º 35/2013, de 11 de Junho, veio dar o primeiro passo no sentido da pretendida reorganização do sector. Nos termos da alteração introduzida, passou a ser possível que a exploração e gestão de sistemas multimunicipais sejam atribuídas a empresas cujo capital social seja maioritária ou integralmente subscrito por empresas do sector privado, viabilizando-se, assim, a maior participação do sector privado neste sector;
- h) Prontamente, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de Julho, introduziu apenas as modificações necessárias à viabilização, no sector dos resíduos, da alienação do capital social das entidades gestoras de sistemas multimunicipais a privados, vindo a aprovar ainda o Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de Junho, que estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados;
- i) Anteriormente, o Governo havia publicado o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Março, que aprovou o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF);
- j) A Empresa Geral do Fomento é a empresa pública responsável pelo sector dos resíduos. É uma sub-holding do grupo Águas de Portugal e tem participação maioritária no capital dos sistemas multimunicipais nesta área: 63% na Resistrela, 60% na Sul, 56,2% da Valorsul, 56% da Algar, 53,3% da Valornor, 51,5% na ERSUC, 51% na Valorminho, 51% na Resulima, 51% na Resinorte, 51% na Valorlis e 51% da Amarsul;
- l) Estas empresas públicas cobrem 174 municípios e servem uma população de 6,4 milhões de habitantes. A empresa domina assim, através destes sistemas, 65% do total nacional na área do tratamento dos resíduos urbanos;
- m) Estas 11 empresas empregam, diretamente, 2 mil trabalhadores cujos postos de trabalho, retribuição e direitos têm de ser garantidos na sua totalidade, para que os 63% da população abrangida continuem a ser bem servidos;
- n) A EGF é responsável por um serviço público essencial e trata-se de uma empresa pública lucrativa.
- o) Nos últimos três anos, os lucros acumulados são na ordem dos 62 milhões de euros, movimentando anualmente 170 milhões de euros.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- p) O grupo detém património avaliado em cerca de mil milhões de euros e tem realizado vários investimentos. Em 2012 esse investimento foi de 45 milhões de euros.
- q) Atendendo ao lucro anual da EGF, ao seu património e à sua natureza monopolista, a opção pela privatização é negativa do ponto de vista económico.
- r) O corolário desta privatização será o aumento das tarifas e a deterioração do serviço, como outras privatizações, concessões e PPP o têm demonstrado.
- s) O Conselho de Ministros aprovou o vencedor do concurso público de reprivatização de 95% do capital social da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), selecionando o Consórcio Suma, liderado pela Mota-Engil, como vencedor (ver Comunicado do Conselho de Ministros de 18 de Setembro último, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-da-presidencia-e-dos-assuntos-parlamentares/documentos-oficiais/20140918-cm-comunicado.aspx>);
- t) A experiência da Mota-Engil na gestão dos resíduos da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia não abre boas perspetivas sobre esta privatização, pois de acordo com os auditores do Tribunal Contas o negócio foi realizado por verbas 30 a 40% superiores ao encontrado em outras autarquias;
- u) A fúria privatizadora deste Governo é tal, que sendo sócio de vários Municípios, por via das empresas detidas pela EGF, apenas estabeleceu a possibilidade de, no âmbito do processo de privatização da EGF, estes venderem as suas participações, não equacionando sequer dar preferência aos Municípios na alienação das participadas da EGF;
- v) Esta atitude, para além do que lhe está subjacente, viola o Princípio da Confiança, posto que os Municípios em causa, ao aceitarem integrar-se nos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos sólidos urbanos confiaram que o seu parceiro era a Administração Central, através da EGF/Águas de Portugal, tendo agora de se conformar com um parceiro privado maioritário, sem que nada tenham a dizer.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 25 de Setembro de 2014, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

- 1 - Manifestar a sua discordância com a titularidade ou gestão privada dos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, apelando à Assembleia da República e ao Governo para que tomem medidas legislativas nesse sentido.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 2 - Manifestar a sua discordância relativamente ao processo de privatização da EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A., solicitando ao Governo a sua imediata suspensão.
- 3 - Defender a transferência para os Municípios, individualmente ou através de empresas intermunicipais, da gestão dos sistemas multimunicipais de resíduos geridos pelas empresas detidas pela EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A., apelando à Assembleia da República e ao Governo para que tomem medidas legislativas nesse sentido.”

#### **7.4.14.2 - Moção/Deliberação Condenação pela utilização de Contratos de Emprego Inserção (CEI) e Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+)**

Nos últimos anos, têm vindo a alastrar-se aos programas designados como sendo de “trabalho socialmente necessário”. Estas medidas foram sendo conhecidas por vários nomes

sendo agora designadas como Contratos de Emprego Inserção (CEI) destinados a pessoas que recebem subsídio de desemprego e Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+) quando se destinam a pessoas que recebem rendimento social de inserção (RSI) ou pessoas que estejam desempregadas há pelo menos doze meses, integrem famílias monoparentais, vítimas de violência doméstica ou pessoas cujos cônjuges estejam desempregados.

Em traços gerais, o funcionamento destes programas é o seguinte: a colocação de trabalhadores ao abrigo de CEI e CEI+ é da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Podem candidatar-se a receber estes trabalhadores as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as autarquias locais e os serviços públicos, devendo para tal manifestar o seu interesse junto do IEFP. Posto isto, o IEFP escolhe uma pessoa que tem obrigatoriamente que aceitar a colocação no CEI ou CEI+ sob pena de perder o subsídio de desemprego ou o RSI.

Apesar de estar previsto que as candidaturas apresentadas pelas IPSS, autarquias ou serviços públicos não podem visar a ocupação de postos de trabalho, a verdade é que não é isso que tem vindo a acontecer: há um recurso sistemático a esta medida para suprir necessidades permanentes de mão-de-obra em vez de contratar estas/es trabalhadoras/es com os direitos e deveres inerentes ao trabalho por conta de outrem. Recorde-se que as pessoas contratadas através de CEI e CEI+ produzem trabalho quase gratuito para a entidade contratante, uma vez que têm que pagar apenas o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

transporte, o subsídio de alimentação e uma pequeníssima parte da bolsa mensal que o/a trabalhador/a recebe, no caso do CEI+. De facto, o/a trabalhador/a colocado/a através de um CEI recebe o subsídio de desemprego e uma majoração de 20% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), o que corresponde a 83,84 euros.

No caso de um/a trabalhador/a colocado/a através de CEI+, o pagamento corresponde ao IAS, ou seja, 419,22 euros por mês - um valor inferior ao salário mínimo nacional - sendo que a entidade contratante paga apenas 10% deste valor caso seja uma IPSS e 20% se for uma entidade pública, sendo o restante pagamento assegurado pelo IEFP.

Como se constata, esta é uma modalidade muito atrativa para as entidades que podem assim ter trabalhadores/as a custo quase zero, exercendo funções que, na esmagadora maioria das vezes, são permanentes e não “serviço socialmente necessário”.

As pessoas que exercem funções através de CEI e CEI+ são, na verdade, trabalhadoras/es por conta de outrem para todos os deveres, mas são filhas de ninguém para os direitos; por exemplo, não têm direito às mesmas férias ou a ficar doentes mais de 15 dias ao longo de todo o tempo do CEI ou CEI+!

Atualmente são mais de 55 mil as pessoas que trabalham no sector público ao abrigo de CEI e CEI+. Trabalham nas escolas, nos centros de saúde, tratam dos jardins das cidades, recolhem os resíduos urbanos, trabalham na segurança social, nas finanças nos tribunais ou nos museus.

São mais de 55 mil pessoas que trabalham, têm horário de entrada e de saída, têm chefias, estão integradas numa equipa, têm posto de trabalho definido e funções atribuídas.

São mais de 55 mil trabalhadoras/es que criam legítimas expectativas de virem a ser contratadas mas tal nunca acontece.

São mais de 55 mil pessoas que, conjuntamente com todas as outras pessoas desempregadas, têm direito ao trabalho com direitos e à dignidade no trabalho.

São mais de 55 mil pessoas que bem sabem que a expressão “contrato de emprego inserção” encerra três mentiras: não são contratos porque não há qualquer vínculo; não são emprego porque não pressupõem salário; não são inserção porque nunca são contratadas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

São mais de 55 mil pessoas que são mandadas embora quando o prazo acaba, trocadas pela próxima leva de CEI e CEI+.

Os CEI e CEI+ constituem um abuso intolerável e uma legitimação da exploração de trabalhadoras/es com a qual não podemos contemporizar. Está em causa a dignidade de quem trabalha. Está em causa a cidadania e a democracia.

Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 25 de Setembro de 2014, ao abrigo do artigo 25º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

- 1 - Condenar a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+ de forma abusiva;
- 2 - Defender que as necessidades de trabalho permanentes têm que corresponder contratos de trabalho permanentes;
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal que não utilize os CEI e CEI+ quando se trate de atividades municipais que correspondam a necessidades de trabalho permanentes;
- 4 - Defender a dignidade no trabalho;
- 5 - Solicitar ao Governo e à Assembleia da República para que tomem todas as medidas necessárias a combater a precariedade gerada com a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+.”

**7.4.15** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção - Loja Social

Destinada às famílias e cidadãos mais carenciados existem já em vários municípios do país a denominada Loja Social que funciona em carácter de permanência, como âncora na obtenção e distribuição de bens de primeira necessidade que vão desde os alimentos, vestuário, pequenos artigos do lar até a movei, brinquedos e material didático e escolar.

Tendo desta forma como objetivo central promover e contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias e dos cidadãos em situação carência e de vulnerabilidade, a Loja Social visa a promoção do envolvimento da sociedade civil e a contribuição do aprofundamento de uma verdadeira e funcional rede social onde todos os cidadãos do município possam contribuir com o seu papel social tornando a sociedade mais solidária onde a partilha com quem mais precisa seja uma constante.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Loja social deverá funcionar deste modo, como um atendimento de proximidade visando o contacto direto com aqueles que se encontrem em situação de emergência e carência social procurando minimizar o impacto da exclusão social através da recolha, partilha e troca gratuita de bens contribuindo ainda para o incremento e incentivo do voluntariado.

Posto isto, poderá a câmara municipal em Almada criar todas as condições necessárias para incentivar e incrementar através de parcerias com as juntas de freguesia, associações de cariz solidário e demais entidades que pretendam contribuir com a sua responsabilidade social para que no concelho seja constituída o mais breve possível, uma Loja Social e em permanente funcionamento destinada às famílias e cidadãos que necessitem de um apoio emergente.

A Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 25 de Setembro de 2014 no Laranjeiro, congratula-se com a ideia da criação de uma Loja Social para o concelho de Almada a ser implementada e desenvolvida com celeridade.”

**7.4.16 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Almada para que seja criada a figura do Provedor do Animal de Almada

Almada encontra-se entre os 10 municípios mais populosos de Portugal, com uma população oficializada nos últimos censos (2011) de 174.030, que compõem um total de 72.236 famílias.

Embora não existam dados concretos a este respeito, estima-se que a densidade populacional de Almada é acompanhada de um considerável número de animais de companhia, em razão do elevado número de habitantes, aos quais crescem ainda as colónias de animais de rua e ainda outros que, pela sua natureza, povoam o município.

Segundo se constatou em diversos contactos realizados junto da população e de associações almadenses, existe a necessidade de desenvolver iniciativas que visem a melhoria das relações entre os munícipes e os animais de Almada, nomeadamente no que respeita ao cumprimento de regras e comportamentos de pessoas face a animais. Paralelamente, apurou-se que existem alguns constrangimentos nas relações entre os munícipes e os órgãos municipais e as autoridades, resultante essencialmente do desconhecimento dos primeiros relativamente aos meios que têm ao seu dispor para



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

poderem aceder a informação útil ou até reagirem a situações pontuais alusivas a animais.

É neste contexto que urge a necessidade de criar uma figura que garanta a efetiva representação dos animais e ainda estabeleça a ligação entre munícipes e associações locais com a autarquia, de modo a formarem-se sinergias que desenvolvam e aumentem as relações entre munícipes, animais e município.

Considerando o quadro legislativo vigente em Portugal, constata-se que a figura mais idónea para receber críticas, sugestões, reclamações e pedidos pontuais de informações ao mesmo tempo que garante a defesa imparcial da comunidade é a do Provedor.

Almada pode estar na vanguarda ao tornar-se no 2.º Município do País, depois de Lisboa, a criar a figura do Provedor Municipal dos Animais de Almada, enquanto entidade autónoma, imparcial e independente, a qual encontra enquadramento legal para a sua criação nos arts. 33.º, n.º 1, alíneas ii) e jj), bem como 3.º, al. d) e 4.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Neste quadro, O PAN Almada submete à Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 e 26 de Setembro de 2014, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- 1) Que crie a figura do Provedor Municipal dos Animais de Almada com as características supra descritas;
- 2) Desenvolva e aprove um regulamento do Provedor Municipal dos Animais de Almada.”

**7.4.17 - A Sr.ª Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção Saudação à Medalha de Mérito Cultural para SFIA - Sociedade Filarmónica Incrível Almadense

Desde o ano passado que o Governo Português instituiu o 1 de Setembro como o Dia Nacional das Bandas Filarmónicas

[<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/08/16400/0518105181.pdf>].

Temos, então, desde 2013 uma assunção legal e um reconhecimento público que as Bandas Filarmónicas são uma realidade nacional, que envolvem mais de 700 Coletividades, como instituições geradoras e dinamizadoras da Música, da Cultura e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

da Arte Populares Portuguesas; igualmente centenas de Maestros e dezenas de milhares de músicos.

São as Coletividades e as suas Bandas Filarmónicas, centenárias e mais jovens, que preservam, divulgam e formam crianças e jovens, que integram pessoas adultas e pessoas 'maiores' - as idosas -, no sentido melhor da convivialidade e inclusão intergeracionais, de entre origens socioeconómicas diversas e através da interculturalidade, promovendo a coesão das suas comunidades - e, logo, das raízes e dos territórios, nas suas várias esferas - local, regional e nacional.

E não haveria coletividades se não existissem homens e mulheres dedicados ao voluntariado associativo. Os dirigentes associativos são o suporte de toda a atividade cultural na qual se inserem as Bandas.

Quando as vemos em cima do palco, vemos solidariedade, transmissão de conhecimentos e valores. Vemos cooperação que tantas vezes é apresentada como algo raro e nas Bandas é tão natural como o ar que respiramos. Não são raros os casos que a mesma família se apresenta, junta em palco, em três ou mais gerações. Na génese desta atividade cultural, estão homens, mulheres e jovens que, de forma regular, persistente e competente, se dedicam à música como profissão ou como passatempo. Também os dos Maestros são elementos centrais e essenciais à gestão e dinamização das Bandas; são pessoas que vivem a música como algo que faz parte de si próprios. Muitos iniciaram-se nas Bandas que mais tarde vão dirigir. A Banda foi a sua escola, o seu conservatório.

Aliás, as Bandas são, em muitos casos, para muitas pessoas, as suas Escolas de Música e os seus Conservatórios.

Foi, assim, que no passado 31 de Agosto (por antecipação ao Dia Nacional, 1 de Setembro) foi distinguida, com a atribuição de Medalha e de Diploma de Mérito Cultural, a Banda e Coletividade SOCIEDADE FILARMÓNICA INCRÍVEL ALMADENSE [SFIA], em Mafra, numa cerimónia aberta e que teve como único e relevante apoio público o transporte coletivo assegurado e prestado gratuitamente pela Câmara Municipal de Almada.

Nascida na urbe da então ainda vila de Almada, num rés-do-chão de uma pequena habitação de um pequeno pátio, no centro histórico da sua - agora - Cidade de Almada, a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense [SFIA] foi fundada em 1 de Outubro de 1848, e com ela a sua Banda Filarmónica que tem vindo a espalhar ao



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

longo dos seus 166 anos essa divina arte que é a Música, exercendo igualmente a missão e função educativas e sociais, razões fortes pelas quais foi sempre considerada o ex-líbris da Coletividade.

Como outras Coletividades centenárias, a Incrível constituiu das poucas ofertas em termos culturais, recreativos e desportivos para as comunidades local e regional.

A Banda da Incrível, a mais antiga do concelho e a segunda mais antiga do Distrito de Setúbal, foi, na sua origem, maioritariamente composta por operários tanoeiros e corticeiros o que traduzia as fortes raízes populares da Incrível. Desempenhou e desempenha relevante e essencial papel de intervenção social e política, promovendo a reunião, o convívio, a partilha e discussão de ideias, valores e a construção de sonhos e ideais.

Com a Banda em atividade ininterrupta desde 1848, nela se formaram muitas centenas - talvez, mesmo, milhares, de Músicos e Músicas Executantes e conta no seu historial com a regência de 25 maestros. Inicialmente dirigida pelo maestro Pavia (durante 24 anos), são de destacar nomes de ilustres maestros como os de Amadeu Stoffel, José António Gonçalves, Manuel da Silva Dionísio ou António Gonçalves, que, com a sua mestria, dedicação e amor à música, cultivaram a bela Arte dos Sons, gravando o nome da Incrível como que “Conservatório do Povo” de e para Almada.

Sobrevivendo ao longo de três séculos, vários regimes políticos e várias crises sociais e políticas do país, funcionou de forma ininterrupta. Atualmente é composta por cerca de 45 Músicos e Músicas Executantes (3 gerações) e tem a funcionar uma Escola de Música com cerca de 40 crianças e jovens. É dirigida pelo jovem Maestro David Correia, músico desde os 7 anos (com 40 atualmente).

A Banda da Incrível Almadense tem, ao longo de sua história, cooperado com outras atividades da Coletividade como o Teatro, Ballet e Coro. Tem presença assídua em festas religiosas e populares como as “burricadas”, bem como em Festivais de Bandas por todo o país e estrangeiro.

A SFIA é pois uma instituição de elevado valor histórico, social, cultural e económico da sua Cidade, da Região de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa.

Assim, a Banda, a Instituição e Coletividade SFIA tiveram o devido e merecido reconhecimento públicos e nacionais e não foi nem é um mero capricho das Coletividades e/ou do Movimento Associativo Popular Nacional; nem uma dádiva do Governo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É antes o reconhecimento que faltava a esta importante Instituição que, ao longo de mais de século e meio, vem dando ao povo e à cultura almadenses a oportunidade de contactar e aprender com essa bela arte que é a Música Popular.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Saudar e solidarizar-se com os/as Sócios e Sócias, Dirigentes da SOCIEDADE FILARMÓNICA INCRÍVEL ALMADENSE e suas Famílias, professores/as, maestro, músicos/as executantes e todas as pessoas que se envolvem e dedicam a esta Coletividade centenária almadense - a mais antiga da Cidade e a segunda mais antiga do distrito;
  2. Congratular-se com a opção do Município de Almada para apoio, através de transporte coletivo gratuito, para o evento em causa;
  3. Reconhecer e reafirmar o inestimável trabalho do ensino, do fomento, do acesso, da fruição culturais, através da Música, do Teatro, do Coro e de divulgação da música e das artes, em geral ao longo dos seus 166 anos, da SOCIEDADE FILARMÓNICA INCRÍVEL ALMADENSE.”
- 7.5** - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre a tramitação e qualificação dos documentos apresentados e a questão da Moção ou Intervenção do Sr. Deputado Municipal Pedro Matias.

**7.5.1** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Há um documento que é uma intervenção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, que terá o seu período para ser apresentada, tanto mais que a mesa o considera que é uma intervenção. Esclarecer que é a título individual e que segue aquilo que está perspetivado e determinado pelo artigo 40º do Regimento que diz que a ordem das intervenções são os votos de pesar, segundo as declarações políticas que se puxou para a frente precisamente porque são intervenções que têm subjacente uma posição coletiva e não é individual ou de grupo, a seguir as Moções e demais votos de saudação, etc., depois as intervenções e por último os Presidentes das Juntas. Neste momento estamos nesta terceira parte deste período que tem a ver com as Moções e as Deliberações que ponho à vossa consideração.”

**7.5.2** - A solicitação do Grupo Municipal do PSD, foram os trabalhos interrompidos.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.6** - No debate dos documentos apresentados no ponto 7.4 usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, Paulo Sabino, José Joaquim Leitão, Nuno Matias, António Pedro Maco, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.6.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós vamos esclarecer que não aceitamos o requerimento feito e já transmitimos e já conversámos com o Sr. Deputado do CDS sobre a proposta de alteração do texto sobre a saudação à realização do protocolo com a Confederação das Pequenas e Médias Empresas. Aceitamos depois uma sugestão que nos foi feita pelo Deputado do Bloco Carlos Guedes que é refazer uma reformulação na parte deliberativa da saudação à realização do Festival da Costa da Caparica “O Sol da Caparica” e do Festival de Surf. E sugeríamos, já o fizemos, sugerimos ao Grupo Municipal do PSD que aceitasse, e portanto fica a proposta, que a sua Moção relativa às questões das bibliotecas baixasse à Comissão. Naturalmente que a Comissão, até porque temos conhecimento que a Câmara está a desenvolver um trabalho em parceria também com associações de estudantes e portanto pensamos que pode ser benéfica, digamos o aprofundamento em sede de Comissão para termos um trabalho mais consensual e mais desenvolvido.

As questões da Moção do CDS sobre a Loja Social, nós não podemos acompanhar esta Moção, na medida em que, e se nós lêssemos e lemos a atividade desenvolvida nestes meses, nós sabemos que existe um conjunto muito amplo de IPSS's que já estão a desenvolver este trabalho, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente o Centro Padre Ricardo Gameiro, enfim. Há um conjunto de situações que estão com a cooperação da Câmara, com o apoio da Câmara a desenvolver este trabalho e portanto não nos parece que deva ser criada especificamente uma loja só pela Câmara na medida em que isto também poderá esvaziar de alguma maneira o trabalho desenvolvido por estas Instituições que também estão a fazer.

Relativamente às Moções do Bloco de Esquerda, nós apoiamos e subscrevemos às vossas Moções e permitam-me por uma atenção muito especial sobre a vossa Moção das questões relacionadas com os contratos de emprego e de inserção. De facto, isto é uma chaga, aliás muitas das questões que hoje se colocam nas escolas também é muito devido a estas imposições e portanto identificamo-nos, votamos a favor das Moções do Bloco de Esquerda.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sobre as duas outras Moções do PSD, designadamente o Infame. Bom, Srs. Deputados, eu acho que infame é aquilo que o Governo fez efetivamente. Isto no fundo é assim, a minha vizinha está um bocado aflita de massa, chega-se ao pé de mim e o Governo diz: olhe empreste dinheiro à sua vizinha, isto é pago em prestações suaves, duas vezes por ano, durante sete anos. Mas a verdade é que os Municípios de Almada ficam por ano sem quinhentos mil euros. Portanto, isto é perfeitamente inaceitável. E creio que não estava a ver muito bem onde é que queria chegar. E de facto não vale tudo para defender as políticas do Governo. É efetivamente, eu acho que esta explicação aos municípios deve ser feita, mas mais aprofundada Sr. Presidente, porque os municípios têm efetivamente que saber que uma Câmara que é bem gerida, que uma Câmara que tem um projeto de desenvolvimento social num sistema e numa situação de grandes problemas sociais, ser obrigada a emprestar dinheiro para quem não se sabe muito bem, quando ao mesmo tempo se corta na Lei das Finanças Locais, eu acho que isto é muito mau realmente. E portanto votaremos contra. A mesma coisa relativamente à limpeza urbana. Já assumimos aqui por variadíssimas vezes, às vezes não é só o que se diz, é o tom provocatório com que também se debate ideias. E efetivamente a Câmara, esta Assembleia Municipal já assumiu que tem que fazer esforços crescentes na melhoria desta realidade e desta frente de trabalho. E portanto, pensamos que esta Moção não merece credibilidade, no sentido de que está ao arrepio de tudo o que temos explicado, de todos os esforços que temos feito, de tudo aquilo que tem que ser assumido, melhorado, resolvido e portanto não é assim do nosso ponto de vista que gostamos de fazer política.

Relativamente às Moções do Partido Socialista, percebi que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete fez na sua leitura a divisão em dois pontos na parte deliberativa sobre a saudação ao Serviço Nacional de Saúde, proponho agora, pergunto se aceitam a votação por pontos, e não posso deixar de dizer que efetivamente o PS teve muita coragem, aliás parece que foi sozinho o PS que teve essa coragem, mais ninguém teve. Quer dizer, nesta sala mais ninguém se empenhou na resolução do cumprimento do Serviço Nacional de Saúde e da sua defesa, mais ninguém colaborou para a saída da Lei, desde logo como diz o Dr. António Arnaud que respeitamos muito e que o elogiamos efetivamente, dizia: “bom, dizem que eu fui o pai, mas houve mãe e mão foi a Constituição”. E portanto todos nós sabemos quem é que votou, e os contributos que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

todas as forças políticas, à exceção do CDS, deram para que esta Lei tivesse, visse a luz do dia. Bom, mas se é o pai devo dizer também numa linguagem mais recente, foi um pai que de vez enquanto deu cada tarefa no filho que à luz das coisas que hoje se dizem é violência doméstica. E portanto começou logo na primeira revisão da Constituição, alterar o conceito constitucional do serviço gratuito para tendencialmente gratuito. E a partir daí nos vários Governos. Enfim, nós sabemos o que é que o Partido Socialista fez de constrangimentos em relação ao Serviço Nacional de Saúde. Desde logo a partir de 1990 com todas as políticas, e não vale a pena falar de nomes, mas ainda assim é bom lembrar, porque se a gente lembra e bem, com respeito o Dr. António Arnaud, temos que lembrar e bem, mas com tudo o que ele fez de mau que foi o Ministro Correia de Campos. E portanto vamos saber, vamo-nos posicionar e parece que para além do PS ninguém se interessa pelo SNS, não acompanhamos. Mas como achamos importante saudar a criação do Serviço Nacional de Saúde, votamos tudo até ao primeiro ponto e votamos contra a inteligência do PS que só se ficou na feitura da Lei, porque a seguir destruiu-se na sua inteligência e na sua coragem. E o mesmo relativamente às questões da educação. Eu penso que esta Moção foi feita antes de se ler a Atividade Municipal destes últimos três meses. Porque só alguém que está distraído é que pode dizer que a Câmara só fez aquilo por causa dos fundos e que hoje não está a fazer nada, quando sabe que há um acompanhamento rigoroso, diário e que muitas das coisas existe da parte do Município uma grande vontade em melhorar o que já está feito e não é pouco. E portanto também com certeza que não vamos poder acompanhar esta Moção do Partido Socialista e lamentamos, porque efetivamente a questão que se coloca é, estas duas Moções do Partido Socialista parece que para além do Partido Socialista não existe mais nada. Quer dizer, qualquer Partido desta casa que aceite na globalidade estas duas Moções está a assumir que nada fez nem pela Escola Pública, nem pelo SNS. Isso parece-nos injusto porque não é verdadeiro e é injusto. E portanto no limite nós também estamos de acordo com o diagnóstico que se faz relativamente ao ano escolar e a todas estas rasteiras que se têm colocado à escola pública, mas efetivamente não estamos de acordo com esta parte de exigir da Câmara aquilo que não é por descuido, não é por desleixo que não se conseguiu melhorar. Mais à frente vamos perceber melhor como é que o Partido Socialista acha que a Câmara hoje tem uma boa situação financeira, que estes investimentos não



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

seriam graves para a Câmara, mês enfim, há de haver um ponto da ordem de trabalhos que vai clarificar melhor estas situações.”

**7.6.2** - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Ramos, não nos opomos que o documento nº 6 baixe à Comissão, era um compromisso do Sr. Presidente, no Plano para 2014. Gostávamos de saber qual era o ponto da situação, havia um acordo com várias associações de estudantes, queríamos saber qual era o ponto da situação, mas sim não nos importamos, até porque consideramos crucial reforçar realmente este compromisso.”

**7.6.3** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente aos textos que estão à vossa apreciação a bancada do Partido Socialista faz as seguintes considerações: votamos a favor da Moção que a CDU apresentou sobre a abertura do ano letivo, porque sobre estas matérias que entendemos ser desígnios municipais abrangentes que justificam a convergência de todos, não assumimos posições sectárias. E portanto, considerando que a Moção tem aspetos globalmente positivos, desvalorizamos os aspetos pequenos em que discordamos, embora lamentamos que a CDU depois quando se trata de apreciar os nossos textos aja de forma sectária como nós verificamos. A Moção que apresentámos sobre o SNS é uma Moção importante, o SNS não é produto exclusivo do Partido Socialista, mas foram os Governos do Partido Socialista que estruturaram e implementaram o SNS. É uma referência importante e não deixamos cair essa bandeira, porque é uma bandeira importante do Estado Social e de uma visão progressista que é a visão que o Partido Socialista tem para o país. Relativamente à Moção que apresentámos sobre a Abertura do Ano Letivo, nós não entendemos nenhuma divergência relativamente à análise que fizemos e às propostas que apresentámos. Porque nós fazemos uma análise equilibrada e balanceada. Nós consideramos positivos alguns aspetos da atuação da CDU no campo da educação. Nomeadamente a recuperação do atraso no que diz respeito à rede escolar do 1º Ciclo e à adoção da medida de apoio em termos de material escolar para o 1º ano do 1º Ciclo. Portanto, nós louvamos e enaltecemos o que deve ser louvado e enaltificado. Relativamente ao que está em falta, nós dizemos que está em falta e provamos, não são afirmações gratuitas, são afirmações que nós queremos provar e o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desafio é que se faça uma reunião da Comissão para fazer a análise dos números e das propostas que são aqui apresentadas. Há aqui um aspeto fundamental que é o aspeto de exigência relativamente à Câmara e à CDU, que é assumamos compromissos calendarizados, assumamos esses compromissos e convirjamos em esforço para eles se concretizarem. A recuperação do atraso em termos da rede escolar do 1º Ciclo ao longo do Mandato, temos quase quatro anos ainda e envolvendo apenas três milhões e meio de euros divididos em quatro anos, não é importância que seja inultrapassável e penso até que o Sr. Presidente nos vai surpreender nos próximos dias ou nos próximos meses, que é apesar da intolerância do sectarismo da bancada da CDU, o Sr. Presidente vai fazer suas as propostas que nós aqui apresentámos, porque é essa a atuação a que nos tem habituado. E nessa altura não vamos desvalorizar o que foi feito por ter sido feito pela Câmara da CDU, vamos valorizar o que foi feito e vamos lembrar o nosso contributo ao trazer as questões para a agenda e ao insistir para que se possa avançar ao serviço da nossa população.

Sobre as outras Moções das praias, estamos de acordo, não temos nada a acrescentar.

A rede de bibliotecas, penso que do ponto de vista da conquista de benefício para a população, é importante que desça à Comissão, mas estaríamos na disposição de acompanhar e votar a favor se fosse esse o entendimento do PSD.

Diferentemente no que diz respeito à proposta sobre o Fundo de Apoio Municipal, nós não acompanhamos a apreciação que o PSD faz relativamente ao FAM, acho de facto é infame a imposição aos Municípios desta obrigação, quando devia de ser o Governo central a assumir os custos da recuperação dos Municípios, não devem ser os Municípios que têm alguma disponibilidade financeira a contribuir para a recuperação dos Municípios em grande dificuldade, e portanto, consideramos de facto o entendimento do PSD sobre o FAM não é de acompanhar. Mas também entendemos que não é de acompanhar a política da CDU em termos de propaganda e portanto relativamente a esta Moção abstermo-nos, fazendo esta referência que abrange o PSD e a CDU irmanados na nossa crítica.

Limpeza urbana do Concelho de Almada. Nós acompanhamos o PSD na crítica que faz ao estado do nosso Concelho em termos de limpeza pública, já repetidas vezes



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trouxemos este problema para a Assembleia, é uma questão preocupante e que se mantém na ordem do dia e continuaremos a insistir também nesta matéria.

Não acompanhamos o PSD nas referências que faz à privatização e portanto abtemo-nos relativamente a esta Moção.

Votamos a favor das outras Moções da CDU sobre o reforço dos meios de segurança, saudação à estratégia de desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica, referindo também que para além destes aspetos que são positivos se devia referir as iniciativas da Junta da Freguesia na defesa e valorização da Arte Xávega, nomeadamente estas, e também dizer porque é verdade, que estas matérias que foram concretizadas pela Câmara e bem, faziam parte do programa do Partido Socialista que se debateu durante anos pela realização desta iniciativas contra a opinião da CDU, que sempre contrariou esta nossa perspetiva.

Aprovamos também a saudação ao acordo com a Associação Empresarial das Pequenas e Médias Empresas.

A saudação da CDU à criação do Serviço Nacional de Saúde também votaremos a favor.

Sobre os aumentos das rendas dos moradores, o que nós entendemos de fundamental é o seguinte, nós entendemos que num momento de crise, num momento em que as famílias perdem parte significativa dos seus rendimentos, uma entidade pública como o IHRU, neste momento não deve proceder aos aumentos de rendas. E é por isso que vamos votar a favor da Moção.

Sobre a água, um bem de todos. Votaremos a favor também.

O mesmo relativamente à Moção sobre o Arsenal apresentada pelo Bloco de Esquerda.

A saudação da Banda Filarmónica, associamo-nos com todo o gosto a este gesto do Bloco de Esquerda. Da mesma forma votaremos a favor da Moção sobre a privatização e concessão da gestão de recolha de tratamento de resíduos.

Relativamente aos CEI, nós queremos distinguir dois aspetos desta questão. Uma coisa é o abuso do programa CEI utilizando os desempregados para substituir trabalhadores em postos de trabalho. E isso é feito contra a lei e sobre isso não devemos contemporar. Outra questão são os CEI como, no fundo, medidas de política pública de emprego, destinadas a favorecer a empregabilidade dos desempregados e a manter a contrato dos empregados com a vida económica e a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

atividade económica. E portanto, os CEI podem ser utilizados de maneira virtuosa e de maneira perversa. Relativamente à utilização de maneira perversa estamos contra, mas não estamos contra os CEI como instrumento público de emprego e portanto abstenho-nos nesta Moção.

Sobre a Loja Social. As Lojas Sociais são iniciativas louváveis, existem já várias concretizações no Concelho de Almada, agora esta Moção do CDS deveria ser mais rigorosa no diagnóstico e na proposta que faz, no texto que nos apresenta, portanto não pode merecer o nosso acordo porque não tem uma adesão à realidade nem é claro relativamente àquilo que propõe.

O texto do PAN merece o nosso acordo, achamos que é um passo no sentido do aperfeiçoamento civilizacional e nós achamos que depois do Município de Lisboa, Almada deve ser também propulsor nesta matéria.

Sobre a medalha de mérito à Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, é obviamente um gesto inteiramente justificado e é um reconhecimento merecido por esta instituição almadense.”

#### 7.6.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De forma o mais telegráfica possível.

Em relação à Moção da CDU sobre a abertura do ano letivo e também a Moção do Partido Socialista em relação a esta matéria, dar nota que queremos votar contra pelo motivo objetivo que já não é a primeira vez que transmitimos de que entendemos nós que nesta Assembleia Municipal nos devemos focalizar em temas que possam ser resolvidos no seio dos órgãos municipais e em representação e em defesa dos interesses dos munícipes. Entendemos que são matérias por muito relevantes que sejam não passa nem pela Assembleia Municipal nem pelos órgãos autárquicos a resolução de alguns problemas que ainda existem e que devem ser solucionados.

Em relação à recuperação das praias da Costa da Caparica iremos votar favoravelmente.

Em relação ao reforço das forças de segurança no Concelho iremos votar favoravelmente.

Votaremos favoravelmente também uma saudação à estratégia de desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica. Mas se me permitem em relação a este documento há um à parte que é fundamental ser feito. É que sendo a primeira saudação que eu



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

me recorde de memória que é apresentada em relação à Costa da Caparica, parece que é um reconhecimento formal de que foi preciso quase quatro décadas de Poder Autárquico em Almada para ser feito a promoção da Costa da Caparica. Foi uma boa promoção, foi um excelente evento. E tive ocasião de testemunhar e acompanhar, mas verdadeiramente este é um reconhecimento formal de que a Costa infelizmente foi esquecida durante demasiado tempo.

Em relação à saudação ao acordo de colaboração entre o Município e a Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, iremo-nos abster, não porque não seja uma atividade e um acordo meritório, nós assinalamos como positivo mas entendemos que é importante que se perceba qual é o alcance verdadeiramente deste acordo, que custos é que traz associado este tipo de parceria, se foi ou não objeto de tentativa de alargar o âmbito deste tipo de parcerias a um conjunto mais alargado de associações empresariais, mas também é importante que se diga neste momento, até porque vamos nesta sessão debater o nível de derrama que queremos implementar no Concelho, que estratégias conexas a autarquia está a desenvolver para realmente atrair investidores para o Concelho, atrair empresas para o Município e criar emprego na nossa terra.

Em relação à Moção do SNS da CDU iremos votar contra.

Em relação aos Bairros Sociais e à questão da renda apoiada iremo-nos abster simplesmente porque não temos informação completa sobre esta matéria, estamos a procurar obtê-la, iremos junto não só dos moradores mas também sobretudo junto do IHRU procurar perceber a envolvente de toda a decisão e perceber até que ponto é que irreversível ou reversível consoante ela tenha ou não justificação.

Ainda assim é uma matéria que iremos acompanhar atentamente, mas sem informação completa não nos queremos precipitar nesta fase.

Em relação à Moção sobre a água iremos votar contra porque mais uma vez há aqui um conjunto de falsidades que não poderemos de modo algum acompanhar.

Em relação ao Arsenal do Alfeite, por muito respeito que tenhamos pelo Arsenal do Alfeite e temos e muito, pelos seus trabalhadores e know-how e temos e muito, mas é uma Moção recorrente e mais uma vez entendemos que não faz sentido continuarmos a debater a propriedade, faz sentido debater as soluções de gestão e essas infelizmente não têm estado em debate.

Em relação à Banda Filarmónica Incrível Almadense iremos votar favoravelmente.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação à proposta da privatização da gestão de resíduos iremos votar contra. Em relação aos contratos de emprego e inserção iremo-nos abster, porque como já aqui foi dito, a nossa preocupação é em relação aos abusos, não em relação à solução e nesse sentido queremos dar realce a algumas das deliberações que aqui estão, mas não podemos acompanhar na totalidade tudo o que nos é apresentado. Em relação à Loja Social iremos votar favoravelmente e em relação à figura do Provedor do Animal em Almada iremos também acompanhar sendo que o documento 24 em relação à Sociedade Incrível Almadense também merecerá o nosso voto favorável.”

#### 7.6.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu posso começar por fazer considerações relativamente às indicações de voto que foram dadas relativamente à Moção do CDS-PP a Loja Social. E posso começar também pela intervenção do Sr. Deputado do PS, já é recorrente este tipo de apreciações às Moções do CDS-PP nomeadamente quando se trata destas questões do social. O Sr. Deputado diz que conhece bem as outras Lojas Sociais, pelos vistos não parece conhecer, e Sr. Deputado eu não sei, eu penso que as outras bancadas perceberam perfeitamente o que é que se entende com esta Moção. Eu acresce-me e apetece-me mesmo dizer que eu para a próxima vez trago um desenho também para o Sr. Deputado ter um entendimento diferente que faz relativamente a esta Moção.

Depois, relativamente à questão e apreciação que a CDU faz da mesma Moção, Sr.<sup>a</sup> Deputada felizmente e ainda bem ficamos a perceber que a CDU entende que neste caso se calhar não será tão preciso um apoio tão preciso, enfim, às famílias, é bom sinal Sr.<sup>a</sup> Deputada, é bom sinal. Reconhecemos também que a Câmara tem feito um esforço nesta matéria, mas é bom sinal, isto seria apenas um complemento, aliás como isto funciona e muito bem noutros Municípios, como funciona muito bem aqui já ao lado em Corroios, por exemplo. E portanto, lamentamos que esta ideia não vá para a frente, enfim os privados e outras associações costumam fazer e ainda bem, esse será o caminho.

Relativamente às apreciações que possamos fazer de outras Moções aqui apresentadas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Não poderemos acompanhar relativamente aos contratos de emprego e inserção a proposta do Bloco de Esquerda. Também não acompanharemos relativamente à gestão e recolha de resíduos e tratamento.

Relativamente à questão do Arsenal do Alfeite o CDS-PP vai-se abster e acompanharemos também inclusivamente do mesmo prisma em relação à Moção de saudação `Banda Filarmónica o qual não apresentamos nenhuma proposta, não apresentamos nenhuma Moção, mas também nos congratulamos com esse mesmo prémio atribuído.

Em relação às Moções apresentadas pelo Partido Socialista relativamente à abertura do ano letivo no Concelho de Almada, votaremos contra.

Em relação ainda às Moções apresentadas pelo mesmo PS, o entendimento que nós fazemos relativamente ao Serviço Nacional de Saúde também votaremos contra. E em relação já naquilo que foi dito aqui pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Ramos, relativamente ao Requerimento proposto por parte do CDS-PP e para que fique em ata, o que o CDS-PP propôs relativamente à saudação do acordo de colaboração entre o Município de Almada e a CPPME era apenas acrescentar o seguinte, no corpo da Moção que não foi lido nesta mesma Assembleia, deixa-se entender que o descalabro que existe relativamente ao sector empresarial nomeadamente as Micro Empresas no Concelho de Almada se deve apenas única e exclusivamente às políticas nacionais. O que nós entendemos que não é. E então aquilo que nós queríamos alterar nesta mesma proposta fosse que o resultado também do falhanço notório do Plano de Mobilidade e Acessibilidades implementado para o Concelho de Almada, onde se inclui também o estacionamento pago à superfície.

De qualquer maneira o CDS-PP irá se abster nesta mesma Moção.

Já relativamente à recuperação das praias da Caparica, deixo também aqui um repto à CDU para que a mesma possa ser votada ponto por ponto. Isto é,, com certeza que não podemos esquecer também as responsabilidades que a Câmara Municipal tem na consolidação e na reconversão desta mesma localidade. Entendemos e concordamos com o corpo da Moção, mas de qualquer forma não podemos descorar das responsabilidades que foram ao longo destes anos que foram também parte da Câmara Municipal de Almada e que neste momento entendemos também aqui que se desresponsabiliza totalmente destas questões que neste momento nós encontramos na



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Costa da Caparica. E portanto deixamos o repto para a mesma votar ponto por ponto senão neste caso não teremos outra solução senão votar contra.

Votaremos também contra a criação do SNS por parte da CDU e relativamente ao apoio das rendas, os Bairros Sociais de Renda Apoiada vamo-nos abster.

A Água um bem para todos, já é sabido a posição por parte do CDS de Almada relativamente à questão da água. Somos completamente contra a privatização da água, mas não podemos seguir este corpo desta mesma Moção e votaremos contra a mesma.

Em relação à questão das Forças de Segurança para o Concelho de Almada, são sempre bem vindas, é uma preocupação já manifestada há muito por parte do CDS-PP, ao qual nós e temos vindo ao longo deste últimos anos também a apresentar a proposta da videovigilância. Portanto não está aqui incorporado, mas de qualquer forma é sempre bom e é sempre de saudar estas Moções relativamente à segurança para o Concelho.

Relativamente à promoção do Festival Sol da Caparica votaremos a favor e o mesmo relativamente à questão da Incrível Almadense.

Depois relativamente às questões da Moção do PSD, votaremos também a favor e é sempre bem vinda a proposta do PAN, a qual o CDS-PP também é sensível a estas questões dos animais domésticos e de companhia pelo qual acompanhamos também o voto favorável.”

#### 7.6.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer que em relação ao documento 3, a saudação ao Serviço Nacional de Saúde apresentada pelo PS, nós iremos votar a favor mas já aqui foi dito, mas sentimos necessidade de o reforçar, não está em causa como é evidente a homenagem prestada ao Dr. António Arnaud, que acompanhamos mas está em causa a referida coragem do PS, porque essa coragem foi a resposta na altura aos legítimos anseios das populações e resultou de esforços abrangentes das várias forças vivas na altura, forças políticas, de elementos da sociedade civil excluindo como também já aqui foi dito o CDS.

Em relação ao documento 5 apresentado pela CDU e relativamente à Costa da Caparica, nós fazemos normalmente esta referência e gostaríamos de a fazer novamente. Na parte deliberativa, e no último ponto onde está “a melhoria da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

qualidade de vida”, nós entendemos que duas palavras a seguir não custariam e ficaria mais claro se lá estivesse “dos Caparicanos”.

Nós compreendemos as preocupações de todos os Grupos Municipais aqui, normalmente são viradas para o turismo e para as potencialidades turísticas na Costa da Caparica, mas nós também nos preocupamos com quem lá vive e portanto é só acrescentar “dos Caparicanos” a seguir a “qualidade de vida”.

Nós votaríamos a favor o documento 6 proposto pelo PSD, mas uma vez que baixa à Comissão não vamos falar sobre isso.

Em relação ao documento 9 e à questão das Forças de Segurança, o Bloco de Esquerda continua a manifestar a sua incompreensão pelo encerramento do posto de proximidade da PSP na Cova da Piedade e entendemos que falta aqui uma referência embora em termos genéricos possa aqui estar englobado.

Em relação ao documento 10 e uma vez que foi aceite a sugestão que nós fizemos ao Grupo Municipal da CDU, deixar apenas a ressalva que o Bloco de Esquerda não está nem nunca esteve contra a realização do Festival Sol da Caparica. O Bloco de Esquerda levantou atempadamente as dúvidas que tinha em relação à utilização do trabalho voluntário, essas dúvidas mantêm-se e votaremos a favor este documento, deixando expressas no entanto a vontade e o desejo de que no Festival de Surf de Inverno não se recorra ao trabalho voluntário para uma vez mais mascarar trabalho que deve ser remunerado e que em futuras realizações do Festival Sol da Caparica estaremos novamente atentos em relação a esta questão do trabalho voluntário.

Em relação ao documento 22 do CDS, nós iremos abster-nos, consideramos que existe em Almada um número elevado de instituições que prestam estes serviços e a criação de uma loja a nível municipal retiraria de alguma forma importância ao papel destas instituições.

Duas notas finais e muito rápidas para dizer que o PS disse que se iria abster na questão dos contratos de emprego inserção e elencou algumas questões. O Bloco de Esquerda não está nem diz em momento algum contra estes contratos. O Bloco de Esquerda na parte deliberativa acho que vai até ao encontro daquilo que o Sr. Deputado disse, no entanto o PS entende abster-se, muito bem.

Em relação à votação do PSD em relação à Moção recorrente nas palavras do Sr. Deputado do PSD, sobre o Arsenal, dizer que recorrentes são também os problemas e as dificuldades que os trabalhadores do Arsenal enfrentam no seu dia a dia e em



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relação às soluções de gestão Sr. Deputado, estão aí, nós entendemos que o Arsenal não deve sair do domínio público e não deve passar para a gestão privada porque o que está a acontecer é a destruição do Arsenal e não outra coisa qualquer.”

#### 7.6.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só duas ou três observações em relação às matérias que estão em discussão e às propostas que foram feitas.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Courinha Leitão, só referir que naturalmente a CDU é muito previsível, porque aquilo que se propõe fazer nos seus programas eleitorais realiza quando está no Governo, e portanto no Governo do Município de Almada faz aquilo que se propõe no programa eleitoral.

Não é infelizmente aquilo que acontece com outros Partidos, que propõem as coisas quando estão nas suas candidaturas eleitorais, depois quando são Governo não fazem nada daquilo que se propõem.

Gostaríamos que isso pudesse servir para alguma coisa, mas é do conhecimento geral que é proposta da Câmara, porque há um compromisso eleitoral, a construção de uma nova escola na Charneca e portanto estamos a trabalhar nesse sentido. Outras coisas que naturalmente temos depois dificuldade em acompanhar, temos ao todo um caminho em relação ao qual temos que esclarecer algumas coisas. Por exemplo, mesmo em relação ao ensino básico é com alguma preocupação que verificamos que este ano no conjunto do ensino básico há uma diminuição de cerca de seiscentos alunos. Portanto, passamos de sete mil e poucos alunos para seis mil e tal. Portanto, estaremos a cento e setenta e poucos no pré e cerca de seiscentos e tal no ensino básico. É preocupante, revela uma tendência que tem a ver com a quebra da natalidade e portanto tudo isto deverá ser devidamente ponderado, não é que nos afastemos dos nossos propósitos, mas com certeza que nos obriga a ter alguma atenção aos passos que temos que dar em cada momento.

Em relação às três Moções colocadas pelo Partido Social Democrata, no que diz respeito às bibliotecas, volto a reafirmar, é do conhecimento público, foi dito aos Partidos na ocasião em que os recebemos e já tinha sido anunciado noutra ocasião que temos tido contatos com a Associação de Estudantes da FCT e portanto existe um espaço designadamente um espaço que está junto à Junta de Freguesia do Feijó



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

e provavelmente poderá funcionar como um espaço de estudo por 24 horas assim se consigam reunir as condições.

Em relação às bibliotecas, naturalmente muito gostaríamos que o Governo publicasse o Parecer do Ministério Público ou da Procuradoria sobre a questão do horário das trinta e cinco horas e portanto isso ajudar-nos-ia depois também a fazer os horários para que as bibliotecas possam funcionar durante mais tempo e portanto Srs. Deputados se puderem dar uma ajuda nesse sentido, poderemos também ajudar a concretizar mais rapidamente aquilo que é a proposta que aqui está colocada.

Em relação à limpeza urbana também não é a primeira vez, nem segunda, nem terceira que colocamos esta preocupação, dissemos logo no início do ano que necessitávamos de contratar pessoal para responder a esta necessidade que todos sentimos, enfim se tudo correr bem, esperamos muito em breve poder recrutar cerca de cem assistentes operacionais para desempenhar esta função, será provavelmente a maior contratação pública, pelo menos da região, não sei se do País, mas é um esforço que a Câmara Municipal de Almada assume. Esperemos que o Governo não aplique depois aquela medida sancionatória por estarmos a contratar pessoal, até porque a Câmara Municipal de Almada tem meios para contratar pessoal e tem necessidade desse pessoal, aliás como os Srs. reconhecem ao fazer este tipo de Moção, espero que se essas medidas sancionatórias aparecerem tê-los ao nosso lado para que defendam os interesses dos almadenses nesse momento.

Em relação à questão do Infame, naturalmente isto é infame porque todos reconheceram que é infame, independentemente dos Partidos que os elegeram, bastava ter estado na reunião do Conselho Nacional da Associação Nacional de Municípios para perceber que é assim, porque todos reconhecem que se trata de uma violação, mais uma violação de autonomia do Poder Local. Portanto, o Estado utilizando o seu poder impõe às autarquias um determinado método de resolver um problema, não tendo minimamente em conta uma decisão aprovada pelo Congresso da ANMP que se pronunciava unânime e apontava para que a responsabilidade em relação a esta matéria e aos problemas das autarquias devia ser plenamente assumida pelo Estado. Depois há pouca moral para que se imponha isto às autarquias, isto é que os seiscentos e cinquenta milhões de euros necessários tenham que se arranjar desta maneira quando duas ou três semanas depois se disponibilizam quatro mil e novecentos milhões de euros para resolver um problema da banca. Portanto, se há



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dinheiro para resolver uns problemas, também deveria haver dinheiro para resolver outros problemas. Tudo isto deve ser denunciado, os almadenses devem conhecer o que é que se passa com eles, o que é que se passa com o dinheiro deles, nós estamos aqui para gerir dinheiro que é dos nossos munícipes e eles devem saber o que se passa com o seu dinheiro.”

**7.7** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

**7.7.1** - A Moção/Deliberação sobre A Educação e a Abertura do Ano Letivo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.7.2** - A Moção/Saudação sobre os 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, foi aprovada por pontos:

**7.7.2.1** - O texto introdutório e o ponto 1, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.7.2.2** - O ponto 2, foi rejeitado por maioria com vinte e quatro votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD e do CDS-PP), doze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PAN) e duas abstenções (de eleitos do BE).

**7.7.2.3** - Moção/Saudação aos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, foi aprovada com o seguinte texto:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Quando em setembro de 1979, António Arnaut, Ministro dos Assuntos Sociais do governo socialista, o II Governo Constitucional, criou o Serviço Nacional de Saúde (SNS), estava dada a resposta social ao acesso universal, compreensivo e gratuito a cuidados de saúde que a Constituição preconizava.

O acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição social, a cuidados de saúde na promoção, prevenção e tratamento constituiu desde então, uma das instituições mais privilegiadas da sociedade portuguesa, o SNS.

O fundamento do SNS são os valores da solidariedade e da justiça social e permitiu que ao longo destes 35 anos tenhamos atingido indicadores semelhantes aos dos países mais desenvolvidos, no âmbito da saúde.

Estão neste caso as conquistas ao nível dos cuidados de saúde materno-infantis, na oncologia, no combate às doenças crónicas ou às doenças infecciosas.

Ao longo destes 35 anos em que se tentou atenuar assimetrias estruturais, sociais e territoriais, o SNS veio progressivamente a garantir a todos, o acesso a cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação bem como a criação de uma eficiente cobertura nos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados em todo o país.

Contudo a ação do atual governo tem desferido rudes golpes nessa organização, pondo em causa o direito à saúde que a Constituição consagra.

Apesar do discurso político do atual governo continuar a defender o SNS, a verdade é que as alterações introduzidas vão-nos encaminhando para respostas que apenas se baseiam nas condições económicas de cada cidadão.

A redução de respostas eficientes nos serviços de saúde públicos, como sejam a não disponibilização de medicamentos a doentes crónicos, o aumento das listas de espera para consultas de especialidade, de cirurgia, de exames e de tratamentos, a redução de horários de atendimento nos serviços de proximidade, a redução do número de profissionais de saúde nos serviços, o encerramento de unidades de saúde no interior do país, a transferência de serviços para hospitais já sobrelotados, o aumento das taxas moderadoras, tem como reverso da medalha o estímulo à criação de seguros de saúde privados. Isto significa que haja respostas mais eficazes para quem pode pagar.

O desígnio do SNS é o de garantir uma resposta eficaz e um serviço de qualidade e excelência.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Cabe a cada um de nós a exigência de que este desígnio não seja posto em causa. Nestes 35 anos do SNS, a Assembleia Municipal de Almada saúda a sua criação pela melhoria que trouxe a todos neste País.”

**7.7.3** - A Moção sobre Abertura do Ano Letivo no Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi rejeitada por maioria com vinte e quatro votos a contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD e do CDS-PP), treze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e uma abstenção (da eleita do PAN).

**7.7.4** - A Moção/Deliberação sobre a recuperação das Praias da Costa da Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Gerales, foi aprovada por pontos:

**7.7.4.1** - O texto introdutório e o ponto 1, foi aprovado por unanimidade.

**7.7.4.2** - O ponto 2, foi aprovado por unanimidade.

**7.7.4.3** - O ponto 3, foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do PAN) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

**7.7.4.4** - O ponto 4, foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do PAN) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

**7.7.4.5** - O ponto 5 foi aprovado por unanimidade.

**7.7.4.6** - Moção Deliberação sobre a recuperação das Praias da Costa da Caparica, com a alteração ao Ponto 5, ficou com o seguinte texto:

No passado dia 21 de agosto foi concluído pela entidade responsável - Agência Portuguesa do Ambiente - o processo de enchimento artificial das praias da frente urbana da Costa da Caparica, numa operação desenvolvida na sequência das fortes intempéries registadas no início do corrente ano, e fruto da reivindicação



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desencadeada nesse sentido pelo Poder Local e seus órgãos representativos do Município e Freguesias em defesa dos interesses legítimos das populações mais afetadas por aquela situação.

A Câmara Municipal de Almada saudou então a conclusão daquela intervenção de emergência, sublinhando a importância para os utentes e concessionários das praias que o enchimento artificial de areia se tivesse concretizado em toda a frente urbana de praias da Costa da Caparica.

O Município de Almada - através da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica -, empenhou-se desde o início e totalmente ao lado das populações e das associações representativas das diferentes áreas de atividade económica - do comércio à pesca, passando pelos concessionários de apoios de praia -, atuando aos mais diversos níveis no sentido de assegurar que fossem reunidas as necessárias condições para superar uma situação profundamente negativa que as intempéries traduziram na vida quotidiana dos caparicanos e de todos quantos visitam e usufruem daquela área do nosso território.

Importa a propósito tirar lições de alguma incúria de decisores ao nível do poder central, tanto mais que múltiplos estudos científicos e múltiplas posições de especialistas em dinâmica costeira, afirmam de forma taxativa que não deveriam ter sido interrompidos os procedimentos de enchimento artificial das praias da Costa da Caparica, por decisão do Governo tomada em 2010.

Esta realidade, associada à particular violência das condições atmosféricas, e do mar em particular no inverno de 2014, conduziu as praias da frente urbana da Costa da Caparica à situação sem areia, que exigiu a intervenção de emergência de colocação de um milhão de metros cúbicos de areia em quatro quilómetros da nossa costa.

Regista-se esta realidade sem esquecer, os avultados prejuízos materiais provocados pela invasão do mar de uma apreciável extensão do paredão, e os prejuízos económicos que a ausência de areal em condições adequadas provocou à atividade económica em geral.

Chegam agora notícias que se confirmam dando conta que menos de um mês após a conclusão dos trabalhos de reposição de areias nas praias da frente urbana da Costa da Caparica, o mar e as marés mais amplas de setembro voltaram já a fazer estragos. Dizem os concessionários de apoios de praia, pescadores e outros utentes, que o mar já “engoliu” de novo uma parcela importante da areia colocada, instalando



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o receio de que a situação vivida há nove meses atrás possa voltar a verificar-se no inverno que se avizinha, ainda que técnicos conhecedores da dinâmica costeira e marítima e a própria Agência Portuguesa do Ambiente - Ministério do Ambiente afirmem que se trata de uma situação “normal”, que ocorre todos os anos em condições naturais na costa portuguesa, a qual é reposta no verão seguinte.

Sublinha-se, por isso e uma vez mais, a extraordinária importância que a conclusão do processo de recuperação do areal na frente urbana e praias da Costa da Caparica representa.

Mas não podemos deixar de sublinhar, igualmente, que é necessário, é indispensável, é imperioso trabalhar para que todo o processo de monitorização e de intervenção concreta nesta área sensível do território da Freguesia da Costa da Caparica e do Município de Almada, não volte a ser abandonado, desrespeitado e interrompido.

Importa sublinhar, ainda, que é imperioso que pela adoção de uma postura ativa e pró-ativa, assumida de forma responsável e séria, se impeça a tomada de decisões de adiamento, ou simplesmente não concretização de intervenções de proteção da orla costeira, intervenções que caso tivessem ocorrido no momento certo e oportuno, e conforme programadas, teriam evitado, ou pelo menos substancialmente minorado, os efeitos negativos que se registaram no início de 2014, afetando gravemente as populações e os seus bens.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar a necessidade de que sejam prosseguidas todas as intervenções que assegurem a reparação e consolidação de estruturas costeiras, que se verifiquem indispensáveis em toda a área da costa atlântica do Concelho de Almada para a defesa e salvaguarda de pessoas e bens.
2. Exigir que sejam devidamente concluídas as obras de reforço e consolidação identificadas como indispensáveis no paredão, nos esporões e no cordão dunar da Costa da Caparica.
3. Exigir que seja mantido e reforçado o programa de monitorização e acompanhamento das intervenções na Costa da Caparica, solicitando ao Governo que reative no mais curto espaço de tempo a Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica, criada no âmbito do Despacho nº 11.191/2007, do Governo - Secretário de Estado do Ordenamento do Território.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

4. Considerar indispensáveis as correções de parte das intervenções já realizadas no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica, adequando as intervenções realizadas às reais necessidades das populações, e assegurando uma verdadeira qualificação do ambiente e do espaço público.
  5. Reafirmar a absoluta necessidade de implementação e concretização dos diferentes instrumentos de gestão do território considerados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica enquanto fator indispensável à modernização, melhoria da qualidade de vida dos caparicanos, e aumento da capacidade, qualidade e potencialidade da oferta turística que esta área privilegiada do território de Almada e de toda a Área Metropolitana de Lisboa oferece a muitos milhões de visitantes em cada ano.”
- 7.7.5** - A Moção sobre uma Rede de Bibliotecas para o Estudo e para Todos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi deliberado por unanimidade baixar o documento à Comissão.
- 7.7.6** - A Moção InFAMe é a informação distorcida, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada por maioria com vinte votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PAN).
- 7.7.7** - A Moção sobre Limpeza Urbana no Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi rejeitada por maioria com vinte votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PAN).
- 7.7.8** - A Moção/Deliberação Pelo reforço de meios das Forças de Segurança no Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Gerales, foi aprovada por unanimidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.7.9** - A Moção/Saudação à estratégia de desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica, apresentada pela Sr.<sup>ª</sup> Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por unanimidade, com alteração, pelo que o texto final é o seguinte:

**7.7.9.1** - Moção/Saudação À estratégia de desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica

A privilegiada localização geográfica do Município de Almada oferece perspectivas de desenvolvimento económico, social e cultural únicas. Apostar na Costa da Caparica assume-se como uma decisão estratégica que permite tornar a frente atlântica do concelho num destino turístico de excelência.

Enquadrado no plano de promoção da Costa da Caparica, o Festival O Sol da Caparica, realizado nos passados dias 14 a 17 de Agosto, animou o Parque Urbano a freguesia e o concelho de Almada.

Afirmou-se como um Festival de vanguarda que contou com a participação de mais de 30 artistas de expressão portuguesa, com cinema de animação trazido pela Mostra, com espetáculo noturno de luz, com arte urbana, com praia, com Surf e muita animação. A singularidade do festival passou igualmente pela atração de todas as faixas etárias populacionais, como exemplifica a dedicação do último dia do Festival às crianças e suas famílias.

A primeira edição de O Sol da Caparica contou com a participação de mais de 65 mil pessoas, ficando o seu sucesso eximamente ilustrado na noite de sábado, com o atingir da lotação máxima do recinto obrigando ao fecho das bilheteiras. Este êxito, proporcionou à autarquia avançar com diversas intervenções de qualificação do espaço verde e assegurar a realização da segunda edição do evento.

Dar continuidade à otimização da Costa da Caparica passa por incentivar as populações a visitá-la fora da época balnear. Explorar as impares condições naturais das praias caparicanas, que as tornam destino de excelência para a prática de desportos de onda, permite a sua promoção. Neste sentido, o anúncio do Presidente da Câmara Municipal de realizar um festival de Surf durante o inverno na Costa da Caparica permite aliar o mar, o sol, o vento e as ondas da região à sua promoção e projeção tanto nacional como internacional, cativando os melhores surfistas, as suas famílias, os seus adeptos e todos os apaixonados pelo Surf e pelo desporto.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, delibera:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

1. Saudar a realização da primeira edição do Festival O Sol da Caparica, pelo sucesso, pelo empenho na sua célere preparação, pela opção de homenagear a música de língua portuguesa, pela diversidade de oferta cultural, pela divulgação do surf e das praias do concelho e pelo compromisso de manter estas características nas futuras edições.
2. Saudar a iniciativa da realização de um festival de Surf no inverno que permita a celebração das características naturais das praias caparicanas e a afirmação da localização privilegiada das mesmas no contexto da Região Metropolitana de Lisboa, contribuindo para a valorização, desenvolvimento e promoção da Costa da Caparica.”

**7.7.10** - A Moção/Deliberação de Saudação ao Acordo de Colaboração entre o Município de Almada e a CPPME, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta e Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e sete abstenções (de eleitos do PSD, do PAN e do CDS-PP).

**7.7.11** - A Moção/Saudação sobre a Criação do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.7.12** - A Moção/Deliberação sobre os aumentos das rendas dos moradores dos Bairros Sociais de Renda Apoiada, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.7.13** - A Moção/Deliberação sobre Água, um bem de todos, para todos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP), que com alteração ficou com a seguinte redação:

**7.7.13.1** - Moção/Deliberação sobre Água, um bem de todos, para todos.

Comemora-se no próximo dia 1 de Outubro o Dia Nacional da Água, criado para promover a reflexão sobre a importância dos recursos hídricos para o bem-estar humano, a saúde, a segurança alimentar, a preservação do bom funcionamento dos ecossistemas e a da biodiversidade, o ordenamento do território e a própria soberania nacional, que simbolicamente coincide com o início do ano hidrológico.

A Assembleia Municipal de Almada, já em várias oportunidades exprimiu o seu contributo para a afirmação de uma governação da água, ao serviço do progresso e do desenvolvimento, socialmente justa e ambientalmente responsável, ao nível local e nacional, tendo sempre presente o seu carácter global de elemento natural que não conhece fronteiras e bem comum da humanidade, cujo acesso de todas as pessoas foi consagrado como Direito Humano pelas Nações Unidas. No entanto, a importância e atualidade política do assunto exige que mais uma vez voltemos ao tema.

A governação da água promovida pelo atual governo tem aprofundado o afastamento da sua execução ao serviço dos interesses nacionais, da soberania e do desenvolvimento, e dos interesses dos cidadãos, do bem-estar, da justiça social e da participação democrática na gestão desse bem, orientada por uma visão neoliberal em que a privatização da natureza e dos serviços públicos são o *zenit* da ação governativa.

À cautela, pois sabe que o povo é zeloso da sua água, com eufemismos linguísticos e políticas dissimuladas, o governo e a maioria parlamentar têm procurado encobrir e negar as suas reais intenções. Nova prova disso é a não consideração da água no âmbito do diploma que cria o regime extraordinário para a salvaguarda dos ativos estratégicos para o interesse nacional, o Decreto-Lei n.º 138/2014, publicado em Diário da República no passado dia 15 de Setembro, facto que bem demonstra que o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

governo quer ficar com o caminho desimpedido não só para a privatização, mas também para a entrega destes ativos aos interesses financeiros internacionais e às transnacionais da água e da energia.

Ao mesmo tempo que o governo persegue a sua ofensiva contra o Poder Local e as competências que lhe foram consagradas, nomeadamente em matéria de água e saneamento impondo o que designa de reestruturação do sector da água, que mais não é do que a centralização da gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos ativos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso direto aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelos utilizadores, com o fim de criar um negócio da água, que culminará sem duvida na tentativa de impor um processo semelhante ao que faz poucos dias conduziu à privatização da gestão dos resíduos/EGF, a maioria parlamentar adiou mais de um ano a discussão do Projeto de Lei n.º 368/XII "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", resultado de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, que num exercício inédito de mobilização social desta natureza, recolheu mais de 40.000 assinaturas de apoio, excedendo largamente o mínimo exigido por Lei, ação política e social que é voz da imensa maioria dos portugueses que pretendem continuar a manter o Estado como garante de uma governação da água ao serviço de Portugal e dos portugueses e a gestão dos serviços públicos de água e saneamento em mãos publicas, no âmbito do controlo democrático, que a escolha popular e a participação cidadã garantem.

É também momento de assinalar, com preocupação, os efeitos gerados pelas políticas que, no mesmo sentido, foram anteriormente conduzidas, pelo atual e anteriores governos, asseveradas pelo processo de empobrecimento que o país conheceu com grande dureza nos últimos anos, em particular as dificuldade económicas dos municípios em assegurar os seus compromissos com os sistemas multimunicipais e o arredar de milhares de portugueses, por dificuldades económicas, do acesso a serviços públicos essenciais, entre elas a água.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de Setembro de 2014, delibera:

- 1 - Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de defesa da gestão pública da água e do saneamento, nomeadamente a denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, destes sectores e dos serviços que lhe dão corpo, construídos com dinheiros públicos e o esforço de





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

gerações, como um esbulho atentatório dos interesses dos munícipes e do poder local.

- 2 - Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de consideração da água como bem comum, direito e responsabilidade de todos, estratégico para soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão com estes objetivos apenas o Estado está em condições de garantir;
  - 3 - Reafirmar em paralelo, a incontornável responsabilidade da administração central em assegurar políticas sociais que garantam a dignidade de todos os portugueses e o acesso a condições materiais que assegurem uma vida de acordo com essa dignidade, e o apoio às políticas sociais de garantia de não exclusão do acesso aos serviços de água, por razões socioeconómicas, prosseguidas pela Camara Municipal de Almada, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município.
  - 4 - Manifestar a sua solidariedade para com todos os que travam esta mesma batalha, nomeadamente os cidadãos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos para a "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", fazendo votos de que a mesma tenha, por parte dos deputados da Republica, a quando da sua discussão em Plenário, no próximo dia 9 de Outubro, o acolhimento que garanta a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses."
- 7.7.14** - A Moção/Deliberação sobre Em defesa do Arsenal do Alfeite ao serviço dos Trabalhadores, da Marinha e da economia nacional, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).
- 7.7.15** - A Moção/Saudação à Banda da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.
- 7.7.16** - A Moção/Deliberação sobre a privatização e concessão da gestão da recolha e tratamento de resíduos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.7.17** - A Moção/Deliberação sobre Condenação pela utilização de Contratos de Emprego Inserção (CEI) e Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+), apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PSD).

**7.7.18** - A Moção sobre Loja Social, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e catorze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN).

**7.7.19** - A Moção/Deliberação sobre Recomendação à Câmara Municipal de Almada de criação da figura de Provedor do Animal de Almada, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia, foi aprovada por unanimidade, que com alteração ficou com a seguinte redação:

**7.7.19.1** - Moção/Recomendação À Câmara Municipal de Almada de criação da figura do Provedor do Animal de Almada

Almada encontra-se entre os 10 municípios mais populosos de Portugal, com uma população oficializada nos últimos censos (2011) de 174.030, que compõem um total de 72.236 famílias.

Embora não existam dados concretos a este respeito, estima-se que a densidade populacional de Almada é acompanhada de um considerável número de animais de companhia, em razão do elevado número de habitantes, aos quais acrescem ainda as colónias de animais de rua e ainda outros que, pela sua natureza, povoam o município.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Segundo se constatou em diversos contactos realizados junto da população e de associações almadenses, existe a necessidade de desenvolver iniciativas que visem a melhoria das relações entre os munícipes e os animais de Almada, nomeadamente no que respeita ao cumprimento de regras e comportamentos de pessoas face a animais. Paralelamente, apurou-se que existem alguns constrangimentos nas relações entre os munícipes e os órgãos municipais e as autoridades, resultante essencialmente do desconhecimento dos primeiros relativamente aos meios que têm ao seu dispor para poderem aceder a informação útil ou até reagirem a situações pontuais alusivas a animais.

É neste contexto que urge a necessidade de criar uma figura que garanta a efetiva representação dos animais e ainda estabeleça a ligação entre munícipes e associações locais com a autarquia, de modo a formarem-se sinergias que desenvolvam e aumentem as relações entre munícipes, animais e município.

Considerando o quadro legislativo vigente em Portugal, constata-se que a figura mais idónea para receber críticas, sugestões, reclamações e pedidos pontuais de informações ao mesmo tempo que garante a defesa imparcial da comunidade é a do Provedor.

Almada pode estar na vanguarda ao tornar-se no 2.º Município do País, depois de Lisboa, a criar a figura do Provedor Municipal dos Animais de Almada, enquanto entidade autónoma, imparcial e independente, a qual encontra enquadramento legal para a sua criação nos artºs. 33.º, n.º 1, alíneas ii) e jj), bem como 3.º, al. d) e 4.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 e 26 de Setembro de 2014, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada o estudo da possibilidade de no ano de 2015:

- 1) Criar a figura do Provedor Municipal dos Animais de Almada com as características supra descritas;
- 2) Desenvolver e aprovar um regulamento do Provedor Municipal dos Animais de Almada.”

**7.7.20** - A Moção/Saudação sobre Medalha de Mérito Cultural para SFIA - Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Sónia Silva, foi aprovada por unanimidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.8** - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Matias para uma intervenção e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer posição sobre interpretação.

**7.8.1** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria antes de ler o texto que era uma Moção, discordar da posição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal relativamente a uma interpretação restritiva que fez relativamente a, de não ter parte deliberativa. Mas irei ler o texto na mesma depois agirei em conformidade.

Moção - Viva a República

Vamos celebrar a implantação da República nos próximos dias, os valores da Liberdade, Fraternidade, Igualdade, mas quando olhamos a atual realidade, esses valores começam a ser mera retórica de circunstância.

Sendo Republicano e Socialista e herdeiro desses valores é necessário e imperativo que a ética Republicana seja verdadeiramente uma bússola para as elites políticas do nosso país.

Sabemos que as palavras não mudam a realidade, por muito que não concordemos, são os atos os verdadeiros donos da verdade.

Nos últimos anos temos assistido a uma degradação acelerada dos valores da República e de Abril.

Hoje a maioria de nós tem a opinião que a nossa justiça não é justa nem independente, sendo antes um joguete dos interesses e poderes político e financeiro.

Hoje o nosso sistema educativo está cada vez menos democrático e mais elitista. Cada vez é mais difícil o filho dum pobre conseguir ser médico ou juiz, independentemente do seu mérito e da sua inteligência.

Hoje o Sistema Nacional de Saúde está a ser alvo de constantes amputações e atropelos. Fecharam extensões de saúde, fecharam urgências, fecharam maternidades, faltam médicos nos Centros de Saúde e faltam meios.

Hoje a fuga ao fisco e a economia paralela representam cerca de 30% da economia nacional, prevendo-se que este valor esteja a aumentar.

Hoje já temos mais de seiscentos mil desempregados, com uma forte incidência nos mais jovens e com mais elevadas habilitações, o que está a provocar um surto de emigração, sem paralelo desde meados do século passado.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Estamos a expulsar as nossas futuras elites enriquecendo o capital humano qualificado de outros países.

Hoje temos uma segurança social falida porque passivamente, deixámos envelhecer o país, transformando-o no mais envelhecido da Europa.

Hoje muitas das conquistas que julgávamos intocáveis estão a ser postas diariamente em causa

Hoje muitos portugueses alheiam-se da política e fartos de promessas incumpridas e de demagogia, deixaram de se rever e acreditar na maioria dos nossos políticos.

A abstenção sobe de ato eleitoral para ato eleitoral, pervertendo completamente o sentido da democracia.

Por isso a reforma do sistema político é um imperativo da Democracia, diminuição do nº de deputados, círculos uninominais, limitação dos mandatos dos deputados, exclusividade, um conjunto de reformas a debater.

Hoje a corrupção corrói a saúde da nossa democracia. Os portugueses começam a não querer separar o trigo do joio. Começa a fazer escola o princípio do “são todos iguais”. Este é... o princípio do fim.

Hoje muitas nas nossas elites esqueceram o significado de palavras como pátria, honra, ética, dever e serviço público.

Hoje muitas das nossas elites, fecham sistematicamente os olhos à injustiça e à mentira.

Hoje muitas das nossas elites esqueceram a chama que a Republica e Abril acenderam, deixando esmorecer o sonho duma sociedade mais justa e mais igual.

Uma sociedade cada vez com menos pobres e em que os ricos, em vez de pensarem só em si, lutem pela elevação da própria sociedade.

Uma sociedade que aposte no homem e no seu valor, dando a todos iguais oportunidades para que o valor de cada um se possa evidenciar.

Foi a 104 anos mas os valores continuam atuais.

Importa que saibamos colocar o interesse público muito acima dos interesses individuais, separar a política dos negócios é um imperativo da Democracia.

Importa que todos nós saibamos agir independentes dos interesses instalados, sabendo resistir aos lóbis, mesmo que com isso prejudiquemos interesses dos nossos amigos ou familiares.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Importa que todos nós lutemos diariamente, com os meios ao nosso alcance, pela construção duma sociedade melhor, transformando Portugal num país mais moderno e progressista, alicerçado em profundos princípios de conduta ética.

Importa que saibamos construir um Portugal mais livre. Um Portugal mais igual. Um Portugal mais fraterno e solidário.”

#### 7.8.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Eu neste aspeto não tenho dúvidas relativamente à interpretação que fiz sobre o que é um documento para deliberação, que integra a parte deliberativa ou um documento que é uma intervenção, uma declaração. Neste caso eu não tenho a menor dúvida. O documento do Sr. Deputado é uma intervenção. Claro que é sempre contestável a posição que tenho, mas não tenho a menor dúvida. Também importa esclarecer porque fui informado de que a fala do Sr. Deputado é uma intervenção individual e não representa o Grupo Municipal do Partido Socialista. Foi o Grupo Municipal que me comunicou e como tal deve ser dito e ser esclarecido.”

- 8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, amanhã, hoje, dia 26 de setembro de 2014.
- 9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Joaquim António da Silva Gomes Barbosa, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Borges.
- 10 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Sr<sup>as</sup>. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de cinquenta e seis Srs. Munícipes.
- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H10 do dia 26 de setembro de 2014.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_